

Projeto URBISAmazônia

Relatório final de bolsa

Relatório apresentado à Fundação de
Ciência, Aplicações e Tecnologias –
FUNCATE – relativo à concessão de bolsa
de pesquisa na categoria DTI Tipo III.

Período: 01/05/2013 a 30/04/2014

Bolsista: Cássio Amâncio Belizário

Cássio Amâncio Belizário

Assinatura do bolsista

Antonio Miguel Vieira Monteiro

Assinatura do coordenador do projeto no INPE
Dr. Antonio Miguel Vieira Monteiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 – PERSPECTIVA TEÓRICA: AS CONEXÕES ENTRE O PAPEL DO CAPITAL MERCANTIL E O DEBATE SOBRE A URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA.....	9
3 ELITES REGIONAIS E AS CIDADES MÉDIAS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ: FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICA ATUAL	15
3.1 A dinâmica da Indústria e a Construção Civil no Pará.....	17
3.2 A transição na fronteira agropecuária e a formação das novas elites no Pará	29

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Número de empresas cadastradas na Federação das Indústrias do Pará, por ramo industrial, nos anos de 1972 e 1981.....	24
TABELA 2: Número total de pessoas empregadas por ramos de atividade industrial no Pará entre os anos de 1972 e 1981.....	27
TABELA 3: Conflitos pela posse da terra em áreas de castanhais no município de Marabá.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Número de empresas cadastradas pela Federação das Indústrias do Pará (FIEPA) entre os anos de 1972 e 1981.....	23
GRÁFICO 2: Números absolutos de empresas do setor da Construção Civil do Pará por área entre os anos de 1972 e 1981.....	25
GRÁFICO 3: Número total de pessoas empregadas – Região Metropolitana e Interior do estado do Pará entre os anos de 1972 e 1981.....	26
GRÁFICO 4: Número total de pessoas empregadas da Construção Civil no Pará entre os anos de 1972 e 1981.....	28
GRÁFICO 5: Percentual dos investimentos no setor imobiliário no perímetro urbano de Marabá de 1980 à 2014.....	46
GRÁFICO 6: Modalidades de investimento na Construção Civil no Municípios de Marabá.....	47

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa de se tentar compreender o processo de formação econômica, social e política do Brasil pelo ponto de vista de sua diversidade regional, representa uma abordagem histórico-metodológica que muito têm contribuído para a compreensão da complexidade econômica e territorial brasileira. O auge de nossas preocupações mais recentes com a “questão regional” remontam, como já salientado por Wilson Cano (1977), ao final da década de 50 e início da década de 60 (CANO, 1998, p.21). Período o qual, no Brasil, se começa a tomar consciência das disparidades regionais¹ e do grau de concentração industrial em torno do Estado de São Paulo².

Cada região do país teve suas próprias fontes responsáveis por um processo de desenvolvimento industrial retardado. No Norte, a derrocada da Borracha em vista da produção na Ásia e as relações de trabalho impostas pelo aviamento não proporcionaram capital necessário à consolidação de um setor industrial forte que gerasse melhor desenvolvimento regional. O Nordeste tem na concorrência sofrida pelo açúcar contra as Antilhas e a Europa, e o algodão por suas condições rudimentares a impossibilidade de concentração de recursos. O Sul sofreria com a falta de capacidade competitiva de seus gêneros no mercado paulista pela pouca expressão econômica industrial e agrícola. No Centro-Oeste não há muito a se elucidar pela referência de Cano. Minas Gerais (principalmente) e Santa Catarina conseguiram integrar-se timidamente devido a proximidade com São Paulo e Rio de Janeiro (primeiros centros econômicos consolidados), estes que por sua vez tiveram caminhos distintos.

O Rio de Janeiro manteve-se como principal setor industrial, em parte devido o fato de sediar a chefia do poder público, até a ascensão de São Paulo após a Primeira Guerra Mundial, quando usou das bases econômicas proporcionadas pela cultura do café para o desenvolvimento de seu parque industrial, diversificando a economia e rompendo com a dependência de produtos importados.

¹ De acordo com Wilson Cano: “a primeira publicação das contas nacionais do Brasil, sem discriminação regional, encontra-se na Revista Brasileira de Economia, n.51. A primeira apresentação dos dados regionais foi dada no número de dezembro de 1952, com informações referentes aos anos de 1950 e 1951” (CANO, 1998, nota de rodapé, p.21).

² O Censo de 1960 indicava que cerca de 56% da produção industrial brasileira, no início da década de 60, localizavam-se no Estado de São Paulo (apud CANO, 1998, p.21).

Decorridos estes pontos e com base no Censo 1939, Cano aponta então as principais áreas urbanas brasileiras para a primeira metade do século XX: Rio de Janeiro; São Paulo; Recife; Salvador; Porto Alegre; Belo Horizonte; Belém; Fortaleza e Curitiba.

É no período entre o final da década de 50 e início da década de 60, portanto, que o tema do desenvolvimento regional se consolida no cenário político e intelectual brasileiro³. O advento da questão regional aparece, neste sentido, muito bem respaldado: tanto do ponto de vista teórico (baseado no debate estruturalista de inspiração cepalina), quanto do ponto de vista do engajamento político relativo ao enfretamento efetivo e programático da questão regional no país.

Baseados na obra de Celso Furtado, portanto, o debate intelectual sobre a questão regional assume *status* de questão de interesse nacional. É nesse período que o tema do desenvolvimento regional passa a ser considerado, por boa parte de nossa elite intelectual, como um verdadeiro instrumento para o desenvolvimento do país. Um problema que se consolida, do ponto de vista teórico e político, na medida em que a possibilidade do desenvolvimento nacional é compreendida como estando limitada às condições de heterogeneidade estrutural que se manifesta, e é realimentada pelos altos níveis de desigualdade regional.

É com base no modelo cepalino e furtadiano de interpretação histórica da formação de nossa condição estrutural de país subdesenvolvido, que boa parte da intelectualidade brasileira neste período começa a concentrar-se na busca pela construção de um modelo alternativo de desenvolvimento, fortemente calcado na intervenção estatal e na estratégia de planejamento do desenvolvimento em diferentes escalas regionais. Um modelo que, em última instância, visa à condução regionalmente equilibrada do processo de industrialização por substituição de importações, ao mesmo tempo em que defende uma maior integração do mercado nacional de matérias primas e bens industriais com o intuito de fortalecer o processo de desenvolvimento industrial do país.

No entanto, com o começo da crise da dívida e o esgotamento do modelo de substituição de importações no final da década de 70 e início da década de 80, inicia-se uma mudança estratégica profunda para muitos países em desenvolvimento. Torna-se evidente que

³ Sabemos, seguindo Cano, que “o regionalismo brasileiro faz parte de nossa história política e social, tendo se manifestado, sobretudo, em vários movimentos revolucionários regionais do século XIX, em debates parlamentares desde o Império, na vasta produção literária regional e, já em fins do século passado, diante do agravamento do problema das secas no Nordeste” (CANO, 2000, pg. 102-103). Contudo, não resta dúvida que o problema ganhou maior destaque e repercussão nas discussões políticas em âmbito nacional somente em fins da década de 50 com o acirramento dos conflitos e a formação das ligas camponesas no Nordeste, tudo isso acompanhado de todo o desenvolvimento dos debates sobre desenvolvimento nacional em curso.

o modelo de desenvolvimento que havia prevalecido na maioria dos países da América Latina, especificamente o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), havia alcançado o seu limite. Neste contexto, não é de surpreender que a implementação de políticas de desenvolvimento regional passe por mudanças significativas; tanto em termos de sua concepção teórica como em termos de sua estratégia e escolha de instrumentos de implementação.

Nos últimos anos o debate sobre desenvolvimento regional vem sofrendo alterações principalmente no que diz respeito aos seus objetivos originais. Por um lado, pudemos observar um componente de mudança fortemente associado às modificações no cenário político nacional e internacional voltado para questões como o meio ambiente e do debate sobre acordos multilaterais voltados para o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, constatamos uma mudança conceitual que procurou integrar teoricamente a estratégia de desenvolvimento regional aos ditames do processo de globalização, por meio de um enfoque localista, fortemente influenciado pela busca por fortalecer as vantagens comparativas locais por meio de um aumento da competitividade internacional de nossos produtos de exportação. Neste contexto, percebe-se claramente que o debate sobre desenvolvimento regional ficou separado dos aspectos voltados à diminuição das desigualdades inter e intra-regionais⁴, como vinha seguindo (em geral) a tradição desenvolvimentista brasileira até os anos de 1980.

Desta forma, o que se viu, depois da década de 1990, foi uma tensão constante que permanece ainda hoje entre a tentativa de se construir, pelo menos no discurso, um novo modelo institucional voltado para o desenvolvimento sobre base local/regional sustentável; e um movimento mais amplo e sistêmico, ao nível do mercado mundial, que nos empurra rumo a um processo de globalização profundamente marcada por uma estratégia de desenvolvimento que tem como alicerce a abertura comercial e financeira.

Qual a implicação destas políticas e perspectiva teórica de desenvolvimento local/regional para a Amazônia? Qual o papel das elites regionais nesse processo? Que mudanças se pode observar a respeito das trajetórias de instituições de planejamento na Amazônia e o papel que elas desempenharam nesse processo? Qual o papel da nova rede de cidades que se forma na região nesse período, dando contornos mais específicos para esse novo arranjo e cenário de desenvolvimento territorial em curso?

Sabemos, seguindo esta linha de raciocínio, que no decorrer da segunda metade do século XX delineou-se politicamente – e do ponto de vista do Estado brasileiro – um projeto

⁴ Para uma avaliação detalhada deste ponto, ver Brandão (2007) e Pacheco (1998).

de incorporação da Amazônia ao processo de acumulação capitalista nacional. É por esse ponto de vista, inclusive, que podemos afirmar que a Amazônia passa a exercer nesse período uma função cada vez mais específica, como fronteira de recursos naturais para a acumulação de capital em nível nacional e internacional. Uma realidade que por fim incorporaria a mesma de modo definitivo no mercado internacional de *commodities*, relacionado aos seguimentos da mineração e produtos agropecuários como madeira, soja e carne, principalmente.

E nesse sentido, compreendemos que a urbanização mais recente da Amazônia está diretamente relacionada a esta dinâmica de acumulação e ocupação da chamada “fronteira amazônica” em uma escala internacional. Após décadas de transformações no território da Amazônia Oriental brasileira, particularmente no Estado do Pará, tem-se observado nos últimos anos que as dinâmicas territoriais em curso, nas escalas macro, regional e local, destacam a importância das cidades para a superação da condição de precariedade das fronteiras, na medida em que uma rede urbana se hierarquiza na região, a densidade populacional aumenta, e investimentos, serviços e equipamentos são distribuídos nas cidades em formação. Uma dinâmica sócio-espacial que acaba por transformar profundamente a realidade política, econômico e social da região, ampliando a formação de novas elites que ultrapassam a tradicional ideia e dicotomia entre elites rurais e urbanas. Formando e conformando uma nova realidade institucional que irá responder e demandar novas estratégias de desenvolvimento regional que sejam mais adequadas a seus anseios e perspectivas de desenvolvimento e progresso material.

No entanto, à revelia destes acontecimentos – os quais exigiam por si só a maior urgência na mudança de padrões de atuação do estado por meio de estratégias mais agressivas de intervenção e planejamento das cidades – as instituições regionais de desenvolvimento, a partir da década de 80, em vez de se transformarem e aprofundarem seu grau de intervenção na escala do planejamento foram, ao contrário, se transformando em elementos marginais enquanto organizações responsáveis pela tomada das grandes decisões sobre planejamento do desenvolvimento regional. Ganhando maior visibilidade, neste contexto, o grande capital privado nacional e estrangeiro, assim como a ação estreita do Estado por meio da atuação das empresas estatais e de diversas políticas públicas voltadas apenas para as áreas de energia, mineração e meio ambiente (ex: Ferro-Carajás, Bauxita-Trombetas, UH Tucuruí, Alumínio-Albrás/Alunorte), sem que fosse levado em consideração o novo fenômeno urbano da fronteira e a nova configuração territorial que se aprofundava em toda sua dramaticidade a partir do processo de redemocratização do país.

Após o período militar, tomamos como hipótese que tenha ocorrido no país uma tendência de perda da influência das políticas do desenvolvimento regional, ocasionada em boa parte pela reforma do Estado brasileiro e seus desdobramentos. Com a constituição de 1988 uma nova institucionalidade se cria em torno do surgimento e implementação de uma nova política ambiental, novidade esta que passará a ter um papel significativo no contexto da evolução da economia amazônica nas décadas de 1990 e anos 2000. Além dessas mudanças em termos da formação de uma nova institucionalidade para o trato da questão ambiental, um novo contexto internacional veio se consolidando em torno de um padrão de mudança vinculado com a crescente globalização na economia mundial, e, com ela uma crescente presença das ONGS e também das transnacionais na Amazônia.

Como exemplo, temos a crescente importância de empresas como JBS/Friboi, Vale do Rio Doce, Cargill, AMAGGI, Monsanto, Alcoa, etc.. É tendo em vista estes acontecimentos e a necessidade de compreensão da dinâmica estrutural, institucional e urbana que orientou a formação econômica e social da Amazônia na segunda metade do século XX, que buscamos constituir aqui uma pesquisa que dê conta de um horizonte de análise histórico que trate da formação das elites regionais amazônicas e sua relação com a dinâmica de desenvolvimento nacional e regional brasileiro; assim como de sua integração e adaptação à dinâmica do surgimento de um processo de recrudescimento e crescimento da indústria da construção civil a partir dos anos 2000.

Um estudo com o intuito de mapear os fundamentos da dinâmica estrutural e econômica da Amazônia que se articulam, ao nível metodológico, com outros níveis de análise no campo das ciências sociais (como no campo da ciência política, da sociologia, dos estudos urbanos e da história), com o objetivo de compreender a formação econômica e histórica das elites regionais amazônicas e seu papel na constituição da dinâmica urbana e das novas estratégias de desenvolvimento das sociedades amazônicas na atualidade.

2 – PERSPECTIVA TEÓRICA: AS CONEXÕES ENTRE O PAPEL DO CAPITAL MERCANTIL E O DEBATE SOBRE A URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

Entre os autores que mais recentemente, no Brasil, tem buscado construir um referencial teórico para a análise do papel e especificidade do capital mercantil no que diz respeito à seu papel no processo de acumulação de capital em regiões periféricas, está Wilson Cano (2012). Nestes textos, reunidos em uma coletânea com o objetivo de apresentar o

problema da questão regional e urbana brasileira, Wilson Cano ressalta as principais influências do capital mercantil, ocorridas fundamentalmente em territórios subdesenvolvidos; sejam estes rurais ou urbanos, acentuando fundamentalmente a região nordestina e a área urbana brasileira.

Cano esclarece que o capital mercantil se apresenta, em geral, em regiões periféricas em forma comercial. Emergindo da acumulação primitiva por meio de troca de bens e serviços, e de maneira anterior ao desenvolvimento do capital industrial, por conseguinte restringindo-se ao âmbito da circulação do capital. E quando do aprofundamento do processo de industrialização nacional, passam a sofrer influência do advento de novos capitais como o capital produtivo e o imobiliário. Entretanto o capital mercantil originário nas regiões periféricas não se extingue por completo. Este como os demais capitais passam a estar subordinados ao grande capital industrial nacional, considerado a primazia e “motor” da trajetória do sistema capitalista industrial brasileiro em desenvolvimento entre as décadas de 1930 e 1980.

Quanto mais retardatário o território em termos de seu desenvolvimento industrial, seja este urbano ou rural, maior o poder do capital mercantil, ao passo que este possui ânsia pela perpetuação do atraso para garantir a hegemonia econômica, política e a reprodução do capital mercantil sobre o espaço. Tais poderes se manifestam por meio do controle da produção com viés sobre financiamentos, armazenagem, distribuição e órgãos do Estado, se fortalecendo pela economia mercantil exportadora. Enquanto isto, de modo diferente nos países desenvolvidos, buscava-se o diferencial no estabelecimento do aumento do emprego industrial e urbano, nas políticas sociais e nas reformas agrárias.

Cano (2012) enuncia que com a expansão do capital industrial no país, o capital mercantil perde espaço, se mantém subordinado ao movimento industrial ou se promove buscando novos meios de atuar, não podendo competir com o capital industrial pela disparidade de recursos financeiros e das reservas necessários para se expandir nos territórios. Desta forma o capital mercantil apenas se amplia limitadamente em pequenos e médios negócios locais. Os antigos atacadistas passam a se transformar em redes de varejo representadas por supermercados, hotéis, bancos e organizações administradas pelos herdeiros das famílias tradicionais das regiões.

E aí viria um dos efeitos mais relevantes para nosso objeto de estudo. De acordo com Cano as novas atividades que se desenvolvem no bojo do processo de aprofundamento da

industrialização brasileira, mudam o caráter da urbanização no país. Atréadas ao antigo capital mercantil surgem novos negócios que impulsionam as novas estruturas de poder.

No início do desenvolvimento do capitalismo em qualquer região ou país periférico onde o sistema se desenvolva, pode-se observar a presença marcante do capital mercantil, mas este com o tempo tem seu poder restringido, mas nunca extinto. A urbanização por esse ponto de vista acaba por exigir a construção de estruturas mais avançadas e nestas perspectivas os poderes se modificam. Um conflito de interesses entre grupos locais, nacionais e internacionais se institucionaliza, ao mesmo tempo e que surgem possibilidades de articulação entre alguns seguimentos.

Observando por esse ponto de vista a forma como se desenvolve o processo de acumulação de capital e industrialização brasileira entre as décadas de 1930 e 1980, percebe-se claramente grandes transformações, que aceleram o ritmo de crescimento e a integração econômica nacional, sem que houvesse em nenhuma região do país quaisquer pontos de estagnação. Os diversos setores da economia em especial a agropecuária, mineração, indústria e urbanização se destacaram em seus processos de expansão. Antes disto, as regiões brasileiras passaram por diversas transformações: o Nordeste foi marcado pelo período do açúcar e do algodão, Minas Gerais pela mineração, o Norte do país pela extração da borracha, e a crise da produção cafeeira no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais e Espírito Santo.

Neste contexto, a indústria que irá se desenvolver de maneira mais intensiva nas regiões sul e sudeste, não se expandiu da mesma forma para as demais regiões. Por esse motivo, tivemos um desenvolvimento industrial desigual, estando o capital industrial das regiões periféricas crescido de maneira mais consistente em seus benefícios relacionados a avanços apenas nos setores ligados ao processo de urbanização das cidades. Os quais mantiveram alguma taxa de crescimento industrial em regiões como o Norte e o Nordeste.

Compreende-se de acordo com Cano, portanto, que o capital mercantil sofre mudanças durante o tempo e se expande em determinados territórios em formas e setores diferentes. Apesar de suas readaptações, este segue com suas características iniciais lhe conferindo certo poder em várias escalas, apresentando também diversos modos de manifestação que passam a demonstrar sua face moderna ou reformulada para se englobar aos setores industriais e financeiros nas suas mais diferentes formas. A expressão moderna deste capital se destaca exatamente aonde o sistema capitalista e o modelo industrial estabelecerem maior expansão e dinamicidade.

Nas regiões periféricas, tais proporções de capital, apesar de manter o domínio do capital nacional, se propagam de inúmeras formas, estabelecendo diferentes estruturas e dinâmicas, sejam estas rurais ou urbanas, podendo apresentar significativos níveis de atraso. Ou seja, uma forma de acumulação primitiva se representa na medida em que o capital industrial se articula com o capital mercantil e imobiliário, mantendo determinadas zonas de influência. Zonas estas que se constituem a partir de proporções de riqueza advindas do setor rural ou urbano, tornando-se uma espécie de excedente apropriado em favor, e por meio, da especulação fundiária, concebendo poder econômico e político inclusive para seus sócios regionais, proprietários dos terrenos e imóveis sobre pressão especulativa.

Apesar destas constatações, Wilson Cano destaca que o capital mercantil se encontra em um dilema pelas necessidades estruturais que são exigidas pelo processo de industrialização em curso no país. Logo, o capital mercantil arcaico fornece espaço aos capitais industriais e mais inovadores, sendo representados, por exemplo, por um estabelecimento atacadista em um grupo de supermercados ou em uma exportadora ou importadora de mercadorias. Entretanto essas frações de capital mercantil tende a ter um processo de modernização limitado, podendo ser restringido pelo advento da concorrência interferindo diretamente no nível de participação do capital mercantil na sociedade local. O antigo capital mercantil demonstrava-se rígido, tendo o controle do comércio e das demais atividades econômicas, e dessa maneira o mantém no poder comercial por meio da obtenção da terra de pequeno, médio e grandes proprietários em situações financeiras alarmantes. Assim o poder comercial e o financeiro agregam domínio da terra. Deste fator justifica-se a perpetuação do poder econômico e político, apesar da decadência desses segmentos.

Neste contexto, a integração de forças políticas e econômica do capital mercantil dificulta que o Estado atue de maneira estruturante e democratizada, o que corrobora com a continuidade desse capital arcaico, mesmo que este não tenha posse de todo o território. Basta que apresente o poder financeiro e mercantil, a distribuição e a comercializações locais, e por meio do controle econômico desenvolve o controle institucional e político, cabendo ao Estado promover sua modernização através de políticas e legislações. Com o advento da modernidade junto a industrialização e a necessidade de urbanização, as exigências no setor urbano são maiores e o antigo capital mercantil passa a perder sua representatividade em detrimento da relação política com o novo capital mercantil, e assim se articula as novas exigências da dinâmica de acumulação da economia.

As novas forças produtivas capitalistas promovem o assalariamento dos trabalhadores, elaboração de tecnologias, máquinas, e cria novas faces a agricultura, a agroindústria e ao âmbito social implementando e fomentando a urbanização. Este contexto renovador desordena as dinâmicas e modificam processos retrógrados, o que se exemplifica na Amazônia depois da implantação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), demonstrando a transformação a partir da lógica do novo capital mercantil, que exige agilidade e mudanças efetivas, sejam nas áreas de infraestrutura local, capacitação do trabalho e saúde, segurança ou educação pública.

Em outras instâncias o capital moderno adéqua seus interesses com o capital mercantil, mantidos alguns interesses de grupos tradicionais, neste cenário tornou-se possível a associação com o Estado, possibilitando um ponto de conciliação entre os capitais. Ambos foram de encontro as reformas sociais que por sua vez podem conflitar com seus interesses, em especial com a o direito a propriedade e as leis do mercado.

Wilson Cano elucida também a respeito da agricultura itinerante, fator de destaque no processo de subdesenvolvimento do Brasil, e propiciado pelas vantagens que os grandes proprietários rurais detinham sobre a acessibilidade a terra, resultando a menor eficiência da ocupação escravista fomentada pela ocupação de terras novas e mais férteis favoráveis a competição dessa agricultura e ao desenvolvimento de tecnologias.

A agricultura exportadora repelia e acabava por direcionar a agricultura familiar e a pecuária para o interior, e nesta perspectiva não se poderia concorrer com grandes latifundiários, limitando o plantio para a subsistência e elevando o poder do capital mercantil. O complexo nordestino se formou com base no plantio da cana de açúcar, originando uma agroindústria açucareira que mais tarde a declinar e junto a escravidão geraram demasiada depressão na tecnologia e na produção, o que acentuou o poder do capital mercantil, prolongando os retardamentos econômicos e sociais locais.

A partir da década de 1960 ocorreu a modernização da zona rural, conseqüentemente o aumento evasão populacional entre as regiões. Em 1980 se percebia a elevação do PIB, do nível de emprego urbano com destaque ao emprego informal, um crescimento da zona urbana desenfreado, e a negligência do Estado para com as políticas socioeconômicas.

Cano afirma que o contexto migratório se potencializa pela degradação das condições de vida nas regiões rurais, limitação de capacitação técnica, ausência de subsídios e créditos, além da degradação do solo, são fatores que proporcionaram a evasão da população rural. O contexto da urbanização não promoveu apenas avanços, mas também inúmeros

entraves sociais que provocaram o empobrecimento dos territórios, desvalorização da mão de obra e elevada concentração fundiária, disponibilizando um contexto favorável a disseminação do antigo capital mercantil. Frente às problemáticas caberia ao Estado atuar por meio de políticas regionais, agrárias, sociais e ambiental, buscando de maneira democrática estruturar e reordenar a economia destes territórios, distribuindo e estabelecendo uma reforma agrária.

A reforma agrária não está associada apenas ao processo de subsegregação de um território específico para alocação de lotes, mas de uma política fundiária estatal efetiva. Sua ausência e necessidade visam minimizar ou solucionar divergências como altos níveis de pobreza, tentando promover a igualdade e a justiça social, buscando também inibir o êxodo rural e a reduzir a superpopulação das cidades, pois tais problemáticas trazem dificuldades sociais e econômicas. A reforma nos setores rurais torna-se imprescindível em vista de sociedades cada vez mais cercadas pelos cenários decadentes seja no âmbito rural ou urbano.

Na perspectiva urbana do capital mercantil, na qual este demonstra maior influência, observa-se que suas transformações perpassando por vários segmentos, como o industrial, bancário, agrícola e principalmente pela construção civil. Diversas organizações deste segmento se beneficiam de licitações estatais e se utilizam de serviços de terceiras, fazendo o papel de gestão dos negócios governamentais. A construção civil e o setor imobiliário promovem uma divisão do trabalho fomentando a continuidade de outros capitais mercantis, tais empresas desenvolvem e gestam negócios sem produzir ou investir, alcançando altos rendimentos. Cano caracteriza este processo de extração da nova mais-valia, que por sua vez demonstram-se progressistas, sendo responsáveis pela constituição urbana brasileira, na qual o Estado detinha o poder político, a acumulação urbana, o controle sobre os aparelhos estatais e a corrupção em suas atuações.

Para o autor com o chamado inchaço urbano, se estabeleceu entre 1930 e 1950. O desenvolvimento de uma urbanização equilibrada quanto a infraestrutura, o transporte e as necessidades básicas, após este período, se torna turbulenta e desenfreada, quando a partir de 1960 as falhas na administração pública e o crescimento demasiado resultaram na *arrebentação urbana*. Dessa forma a negligência do Estado sob a vida social urbana acarretou divergências crescentes e riscos ao futuro de cidades sem direcionamento de gestão.

Apesar da acomodação de várias vertentes sociais, a urbanização provocou o crescimento tanto da construção civil como do percentual populacional. Até 1960 mesmo com a elevação populacional, as taxas de desemprego não se apresentavam alarmantes, os

transporte ainda não representavam problemas as estruturas urbanas e a baixa inflação. Dentre os outros fatores positivos o capital mercantil se manteve beneficiado pelo período.

Com o advento do governo militar, concentraram-se as finanças e o orçamento público para os estados e os municípios, adiando a reforma agrária, fomentando o setor da tecnologia na agricultura, e maximizando a urbanização e o êxodo rural, gerando em 1970 a já citada arrebentação urbana por meio do crescimento exacerbado sem planejamento e efetividade política, dando graves sinais da ineficiência dos serviços públicos inerentes a urbanização que só favoreciam a ampliação do capital mercantil na perspectiva urbana.

Segundo Wilson Cano a carência de atuação e planejamento público, a expansão da urbanização não detinham suporte suficiente e capacidade administrativa e técnica afetando diretamente vida da população urbana. O Estado por sua vez busca alianças políticas e econômicas com empresários para estimular a propagação do segmento mercantil por meio de sua inserção no setor imobiliário, aumentando a dependência da sociedade e do aparelho estatal em relação ao capital mercantil, o que ocorre até os dias atuais.

Em uma perspectiva e ideia de produção em larga escala, o governo estabelece e passa a controlar o sistema responsável pelas Cooperativas Habitacionais (Cohabs), as quais englobavam as construções das Vilas BNH, conjuntos habitacionais em áreas distantes das periferias, que de maneira encoberta acentuava o desempenho do capital mercantil com o apoio do Estado. Dessa forma, principiando a acumulação primitiva, o capital mercantil passa a precificar os metros quadrados, valorizando estes e impactando diretamente o custo de vida dos trabalhadores. Nesta conjuntura a associação entre o Estado e o capital mercantil iniciou e propagou a expansão da corrupção e da especulação habitacional, assim por várias fases o capital mercantil seguiu e segue infiltrado em instâncias inimagináveis.

3 ELITES REGIONAIS E AS CIDADES MÉDIAS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ: FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICA ATUAL

Tendo em vista o recente crescimento econômico e demográfico das regiões sul e sudeste paraense nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, faz-se cada vez mais necessário o aprofundamento de estudos no sentido de melhor compreender o sentido e os motivos pelos quais tais transformações têm gerado mudanças significativas na realidade socioeconômica desta região. Para além da mineração, que tem, sem dúvida alguma, representado o principal elemento dinâmico da realidade econômica e social da região, outras

atividades econômicas ligadas ao setor agropecuário, e mesmo a construção civil, tem cumprido um papel também relevante para a compreensão da sua dinâmica econômica atual.

Entre os subsetores da agropecuária que mais se destacam entre as atividades econômicas nesta região, está à pecuária de corte. Municípios como São Félix do Xingu, Redenção, Xinguara, entre outros, tem se transformado mais recentemente em grandes polos de desenvolvimento do setor agropecuário em toda a região Norte do Brasil. Seu desenvolvimento acelerado tem colocado em questão as consequências do atual quadro e modelo de desenvolvimento do Estado do Pará e da região sudeste paraense em específico. Debates sobre o papel do setor pecuário, e sua relação com as dinâmicas e trajetória históricas de produção camponesa e extrativista no campo do agrário na região, tem provocado controvérsias dos mais variados matizes. Discute-se, por exemplo, se a tradicional elite mercantil da economia da castanha ainda teria condições de manter seu poder local frente a entrada de grandes empresas no ramo de frigoríficos? Se uma tradicional elite de perfil mercantil regional e endógeno com poder político de grande alcance outrora, teria condições hoje em dia de rivalizar com os grandes conglomerados financeiros e de capital industrial que mais recentemente tem surgido como grandes *players* na região?

É com base nestes grandes questionamentos de fundo, que buscaremos apresentar aqui um estudo preliminar sobre a formação das elites rurais no sul e sudeste paraense, em especial na região de Marabá. Tendo em vista sua relação com as novas dinâmicas econômicas e institucionais que tem favorecido, nos últimos anos, o crescimento do setor da pecuária e da mineração na região a partir do processo de evolução do grande capital industrial e financeiro sobre o antigo capital mercantil da região. O que tem gerado um processo crescente de subordinação deste último em relação ao grande capital monopolista e financeiro nacional e internacional.

Para o cumprimento deste objetivo, pretendemos iniciar esta parte do trabalho com uma caracterização histórica do processo de formação da tradicional elite regional ligado ao setor agropecuário e sua relação com a formação do Estado em seus mais variados formatos e papeis. Em seguida, buscaremos identificar a influência destes tradicionais segmentos políticos e empresariais e sua relação com a realidade econômica local. Para adiante, observar a sua relação com o mais recente boom do setor da pecuária, que estaria lavando, por hipótese, boa parte dos segmentos das elites tradicionais a um processo de forte integração subjulgada no sentido do prevaecimento dos grandes conglomerados financeiros e

multinacionais como a JBS Friboi, empurrando determinados ramos para o segmento imobiliário e da construção civil.

3.1 A dinâmica da Indústria e a Construção Civil no Pará

De acordo com Leila Mourão (1989), a origem da indústria paraense remonta ao século XVIII, com a produção de pequenas atividades manufatureiras em moldes artesanais, tais como: sabão, chapéus, artefatos de couro, borracha, madeira e farinha, entre outros. Com o desenrolar da primeira metade do século XIX, algumas dessas unidades artesanais familiares tornaram-se empresas manufatureiras, e nesse sentido a manufatura da borracha paraense passou a ter papel destacado, produzindo e exportando sapatos, revestindo mochilas militares e outros tipos de artefatos em geral (MOURÃO, 1989, p. 25). Ao se aproximar o final do século XIX, no entanto, inicia-se o surgimento de novas modalidades industriais que irão configurar a base da indústria paraense em moldes capitalistas. Ou seja, modalidades que já surgiriam “prontas” e organizadas a partir do investimento de capitais voltados especificamente para a compra de máquinas, ferramentas, contratação de força de trabalho assalariada e diretamente associada à formação da empresa fabril voltada para a produção e visando a um mercado consumidor determinado.

Do ponto de vista da fonte de financiamento, o capital comercial foi, sem dúvida, a base da instalação das fábricas no Pará até início do século XX. Segundo Mourão (1989), após esse período, o capital bancário passaria a ser o principal responsável pela origem de quase todas as indústrias paraenses (MOURÃO, 1989, p. 26). A forte influência da economia da borracha, ainda segundo Mourão (1989), pode ser considerado a principal fonte estimuladora do dinamismo industrial paraense no início do Século XX, sendo a mesma em grande parte afetada a partir da crise de sua economia exportadora no início da década de 1910. Daí em diante o que se viu foi um processo de baixo dinamismo, mas que em nenhum momento chegou a definir um abandono completo da estrutura industrial paraense de certa forma já adquirida no início do Século (COSTA, 2012). Em geral, o que podemos observar é que o processo de industrialização no Estado do Pará se constituiu gradativamente por meio de inúmeras particularidades regionais, e seguindo tendências próprias, quando comparadas ao modelo brasileiro em geral. Neste sentido, a dinâmica do setor exportador da borracha sem

dúvida alguma foi um fator de destacada importância para a compreensão de sua dinâmica industrial no período⁵.

Em 1912, a crise do setor exportador da borracha veio realmente abalar, de maneira significativa, o ritmo de crescimento e o dinamismo da indústria local. Crise que, no entanto, deve ver seu impacto negativo sobre a economia local como bastante relativizado. Com base em estudos recentes, autores como COSTA (2012) tem demonstrado a manutenção de uma estrutura de comercialização de produtos agroextrativistas (Castanha, Pimenta do Reino, etc.), considerados como bem significativos; e responsáveis pela manutenção de uma significativa atividade industrial em grande parte concentrada nas proximidades da cidade de Belém.

Como um todo, podemos observar no século XX uma dinâmica econômica que se mantém em níveis bem menos expressivos em termos de exportação (se comparados com o período áureo da economia da Borracha), mas com a manutenção de alguma dinâmica endógena, apesar da crise de seu principal setor exportador. Capacidade que acabaria por manter condições de estímulo para manutenção de um pequeno parque industrial local entre as décadas de 1920 e 1940 (COSTA, 2012). Dinâmica de estabilidade econômica que sofreria, no entanto, logo em seguida, com uma forte mudança de rumos.

A partir de meados da década de 40 em diante, inicia-se, por parte do Governo Federal, uma forte tendência no sentido do estímulo à construção de políticas voltadas ao processo de integração territorial da Amazônia ao Brasil. Com a institucionalização da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SVPEA), em 1953, um conjunto de políticas começa a ser ensaiada com o intuito de integrar a Amazônia ao Brasil. Entre as medidas mais relevantes para época, está a construção da Rodovia Belém-Brasília, que acaba por se finalizar no início da década de 1960. Daí em diante, um forte debate irá levar a que a política de incentivos fiscais, iniciadas no Nordeste, por meio da criação da SUDENE, passe a ser estendida para a Amazônia. O que acabará por ser estabelecida finalmente em 1963.

Do ponto de vista institucional, a política de industrialização por substituição regional de importações (aos moldes da SUDENE), já era algo em grande parte ventilado e muito discutido nos meios intelectuais, políticos e técnicos locais amazônicos⁶. Neste

⁵ Segundo Mourão (1989) inúmeros acontecimentos de ordem política também marcaram as particularidades e diferença explícita em relação ao nível e tipo de crescimento da indústria da região, se comparada ao do restante do país.

⁶ Logo em seguida à institucionalização do artigo 199 da Constituição de 1946 (que atribuía uma reserva de valor de 3% das receitas tributárias federais, estaduais e municipais para o financiamento da Valorização Econômica da Amazônia), um grande debate no Congresso Nacional se desenvolveu. O objetivo principal do debate que se desenvolveria no período, assim como de seus desdobramentos posteriores, seria a busca de um modelo de instituição de desenvolvimento regional que

contexto, novos projetos e planos foram fomentados em vista da elaboração de políticas públicas voltadas em grande parte à busca pelo processo de industrialização e integração territorial da Amazônia ao restante do país. Neste sentido, as mais significativas transformações na dinâmica econômica regional, passariam a ser orientadas pelos impactos gerados pelos projetos de integração (como a construção da Belém-brasília) e pelas iniciativas de busca pelo fomento à diversificação das atividades produtivas locais, ainda consideradas excessivamente concentradas na atividade extrativistas (D'ARAÚJO, 1992).

De acordo com Mourão (1989), a utilização da rodovia quebrou barreiras de proteção física à produção local, tendo grande impacto sobre a dinâmica do parque industrial regional localizado em sua grande parte na cidade de Belém e regiões de entorno. Como não foram tomadas medidas que compensassem de imediato os empresários locais, iniciou-se um processo de quebra de várias empresas paraenses. Diversas indústrias continuaram em atividade, mas em diferentes formatos. Algumas passaram a ser subsidiadas por empresas de outras regiões ou mesmo do exterior. O que representou um grande baque nos anseios de importantes segmentos das elites ligadas a setores tradicionais da indústria local. Após alguns anos de acompanhamento dos acontecimentos, uma nova estratégia na elaboração de uma política de desenvolvimento regional seria colocada em evidência. Desta vez, o objetivo seria estender a política de incentivos fiscais (já realizada no Nordeste, pela SUDENE) para a Amazônia.

Num primeiro momento esta estratégia seria feita por dentro da própria SPVEA, que em 1963 inicia as operações de incentivos fiscais. Mas logo em seguida a mesma seria encampada pela nova SUDAM, instituída formalmente através da Lei Nº 5.173, de 27 de outubro de 1966⁷. Nos dois casos, objetivava-se minimizar os impactos na queda de competitividade da indústria local, assim como na busca pelo fomento a novos setores com oportunidades de crescimento e estímulo ao dinamismo da economia local. Tudo isso, tendo em vista a nova dinâmica de mercado nacional em expansão, assim como observando as

estivesse adequada à tarefa de implementação de uma política nacional de substituição regional de importações para a Amazônia brasileira (MAHAR, 1978; D'ARAÚJO, 1992).

⁷ Como resultado nítido desse período, expandi-se durante a década de 70 o número de empresas indústrias em todo o Estado do Pará. Na ocasião o objetivo da nova política de desenvolvimento regional como um todo (a chamada "Operação Amazônia"), era substituir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em sua estrutura e regras de funcionamento interno, mas não extinguir exatamente o projeto e a orientação geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Como objetivos principais os militares tinham por ideia de tornar a Amazônia autossustentada, promover melhorias sociais e integrar a região ao restante do país. A SUDAM e o BASA passaram a ser, neste contexto, os principais agentes de elaboração, controle e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia que se promoveu pela segunda metade da década de 1960 e por toda a década de 1970.

perspectivas positivas de crescimento da economia nacional que começavam a se consolidar com o período que se aproximava ao início do “Milagre Econômico”.

Neste contexto, se abriam nítidas possibilidades de integração e complementaridade entre diferentes setores e ramos industriais entre a economia local e os setores industriais mais consolidados no país. O que estimulava um conjunto de técnicos e empresários locais, e de outras regiões, no sentido da elaboração de uma política de incentivos fiscais direcionados para estes segmentos com possibilidades de crescimento e desenvolvimento da economia amazônica.

Nas décadas de 1970 e de 1980 dar-se início ao processo mais explícito de deslocamento dos instrumentos de incentivos fiscais dos atores locais para as grandes empresas, produtores e empresários de outras regiões do Brasil. Nesse momento, ocorre uma redução brusca do poder e dos incentivos para as elites locais, com novos grupos e tipos de capital emergindo na forma de capital privado, financeiro e estatal. Conjuntamente a ampliação do capital aumenta-se as contrariedades na sociedade. O que irá representar inclusive conflitos agrários diretos entre pequenos agricultores e proprietários de terras na região sul e sudeste do Pará.

Como período histórico e movimento privilegiado para se avaliar essa mudança de perspectiva e orientação estratégica na política de desenvolvimento regional que passaria a ser direcionada para a região (assim como de seus impactos sobre a dinâmica do setor industrial), está a observação da dinâmica da indústria paraense na década de 1970. Em 1970 observou-se, como resultado desse movimento, a crescente tendência de consolidação do pequeno parque industrial paraense que havia sido fortalecido através da política de incentivos fiscais da década de 60. Ao mesmo tempo um conjunto de novos investimentos e incentivos começaria a se direcionar para ramos ligados agora, cada vez mais, aos setores da madeira, pecuária e produção mineral (ligados em sua maior parte a grupos econômicos externos à região). Neste contexto, uma significativa parte do parque industrial do Pará passa a se direcionar a capitais extra regionais, principalmente no que tange o setor da cerâmica, da indústria metalúrgica, da madeira, do ouro e da indústria alimentícia. Daí em diante, poucos setores ainda passariam a se encontrar em posse majoritária do empresariado local, como o ramo têxtil, de papel e papelão, farmacêutico, perfumaria, saboaria, vestuário e gráfica. (SANTOS, 1978 apud MOURÃO, 1989, p.74).

Os cadastros industriais da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) permitiram, por meio de seus dados, algumas análises sobre a evolução da indústria paraense

durante a década de 70 e início da década de 80. Desta maneira, busca-se tratar do Estado do Pará em um momento específico, na busca de compreensão, mesmo que parcial, da formação industrial paraense em um contexto de transição na política de integração nacional direcionada para a Amazônia durante o período militar (MAHAR, 1978;). O período analisado está relacionado ao momento em que a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) lança o seu primeiro registro sobre os ramos industriais paraenses, em 1972, através do seu cadastro. Neste contexto, o Pará já estava envolvido no contexto dos programas de desenvolvimento da Amazônia dirigido pelo Governo Federal, por meio de programas como a “Operação Amazônia”, o “Programa de Integração Nacional” (PIN) e o POLAMAZÔNIA (MAHAR, 1978).

De uma forma geral, todos os programas citados visavam em última instância estabelecer estratégia geopolítica e econômica de integração da Amazônia ao território nacional. A diferença, no entanto, estaria relacionada à forma de como, nestes vários momentos, o governo militar iria interferir estrategicamente. Num primeiro momento, ressalta-se o papel da busca pela atração de recursos por meio de incentivos fiscais para as empresas locais, associado à construção de estradas como a Belém-Brasília tendo em vista a busca pela ampliação dos mercados. No segundo momento, a política se direciona nitidamente para a expansão da fronteira por meio da Construção da Transamazônica e da política de polarização dos investimentos públicos e privados em áreas selecionadas; assim como se intensificam os incentivos fiscais para empresas e empreendimentos de outras regiões do país.

A partir do período entre 1972 e 1981⁸ buscou-se compreender o contexto vivenciado e os dados obtidos sobre a indústria paraense neste intervalo. Verifica-se a relevância em identificar quais as transformações econômicas e decisões de políticas públicas contribuíram ou fomentaram a construção do cenário econômico industrial do Estado, no concernente ao Sul e Sudeste, e sob que base esta inserção na industrialização foi realizada. Neste sentido, se torna primordial indagar: Quais os impactos das políticas públicas de integração nacional (e incentivos fiscais) sob o perfil e a dinâmica industrial paraense na década de 1970 e quais os seus desdobramentos nos períodos subsequentes?

A disposição de recursos repassados ao setor industrial transita em um contexto entre a experiência da década de 60 e as políticas de desenvolvimento da fronteira agropecuária que toma corpo através da SUDAM a partir da década de 70. Não há aqui, no entanto, intenção de

⁸ Foram utilizados quatro números de Cadastros Industriais do Estado do Pará: 1972, 1974/1975, 1978/1979 e 1980/1981.

exaurir a temática sobre a indústria paraense no período supracitado. O intuito é fazer algumas constatações a partir da apreensão de informações agregadas perante os cadastros da FIEPA. A partir da observação dos dados, partimos para o uso de determinadas consultas bibliográficas que nos permitiram trazer pontos relevantes sobre o debate do papel da indústria paraense e do perfil dos incentivos fiscais sobre o a dinâmica econômica e o perfil das políticas públicas de desenvolvimento regional na década de 70 na Amazônia. Em geral busca-se avaliar as consequências negativas do impacto do processo de integração nacional (do final da década de 60) e seus reflexos sobre as mudanças no perfil da política de substituição de importações iniciada ainda na década de 50 com a SPVEA.

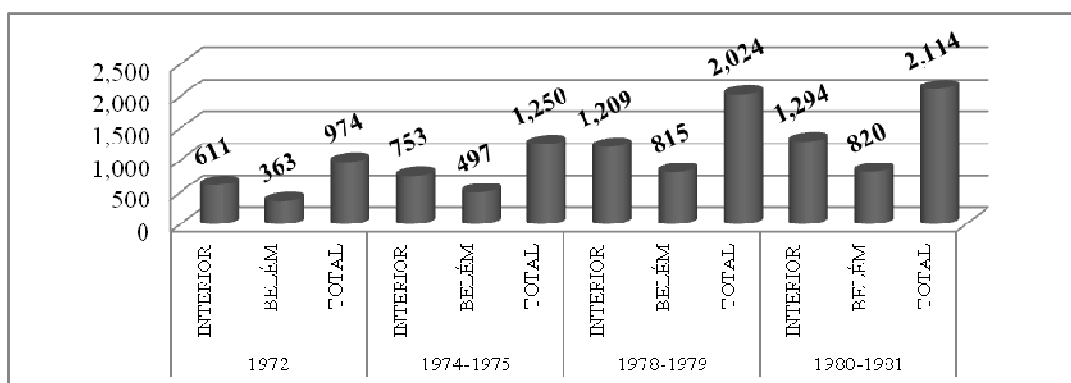
Ultrapassada a fase de contextualização histórica e das características da política de desenvolvimento regional amazônica implementada durante nosso período de análise, o trabalho foca em observar os dados obtidos junto aos Cadastros das Indústrias do Estado do Pará de 1972, de 1974/1975, de 1978/1979 e de 1980/1981 oferecidos em publicações avulsas pela Federação das Indústrias do Estado do Pará. Os cadastros disponibilizaram informações pertinentes em relação às empresas que fazem parte da FIEPA. As informações referentes a estas foram construídas de modo individual e, no agregado, por ramo industrial; assim como por região de localização. Por intento apurou-se os dados agregados, preferindo-se trabalhar para momento futuro os dados micros de cada empresa.

Para facilitar a análise do papel da indústria concentrada na cidade de Belém e seu entorno em relação ao interior do Estado, optou-se por dividiu-se o número de empresas entre Belém e Região Metropolitana (considerada à época como formada pelos municípios de Belém, Ananindeua e Benevides); e Interior do Estado (composto por todos os demais municípios do Estado do Pará). Simplificando a composição dos gráficos e que estes se tornem elementos de fácil leitura, por hora colocam-se somente na descrição “Belém” e “Interior”.

Ainda pretende-se de todo o modo, fazer apuração total das informações do cadastro de 1972 e 1980-1981, para gerar dados agregados de cada município paraense e poder reforçar as informações destes assim como suas análises, a fim de revelar o perfil das elites locais e da influência desta na estrutura política, econômica e social.

O **Gráfico 1** que vemos, a seguir, nos mostra o número total de empresas e a quantidade de empresas distribuídas pertencentes ao Interior e a Belém, conforme os dados dos cadastros da FIEPA nos quatro momentos analisados.

GRÁFICO 1: Número de empresas cadastradas pela Federação das Indústrias do Pará (FIEPA) entre os anos de 1972 e 1981



Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).
Elaboração própria.

Interessante notar que o número total de empresas entre 1972 e 1981 salta de 974 para 2.114. Há um processo de grande elevação no número de empresas, processo este que ocorre tanto no Interior como em Belém; mas que entre 1979 e 1981 praticamente fica estagnado, sofrendo somente leve alteração. Isto ocorre justamente no momento em que o Programa Polamazônia entra no bojo da crise enfrentada pelo Estado Brasileiro, que culmina em recessão ao final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, e conseqüente extinção do próprio programa no ano de 1980, mostrando a fragilidade da estrutura econômica regional e a dependência da inserção de recursos por parte do governo federal.

O cadastro ainda classifica as empresas e os postos de trabalhos ocupados dentro de 26 ramos industriais, o que nos possibilitou um retrato do perfil industrial paraense quase duas décadas passadas após o início da política de incentivos fiscais por parte da SPVEA em 1963. Mostra a **Tabela 1**:

TABELA 1: Número de empresas cadastradas na Federação das Indústrias do Pará, por ramo industrial, nos anos de 1972 e 1981.

RAMOS INDUSTRIAIS	Número total de empresas em 1972	Crescimento real entre 1972 e 1981	Número total de empresas em 1981	Taxa de crescimento entre 1972 e 1981
Produtos alimentares	310	290	600	0,94
Madeira	129	355	484	2,75
Produtos de minerais não metálicos	186	25	211	0,13
Reparação, manutenção e conservação	0	145	145	-
Construção civil	50	68	118	1,36
Mobiliário	37	46	83	1,24
Metalúrgica	20	63	83	3,15
Editorial e gráfica	26	54	80	2,08
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	20	41	61	2,05
Material de transporte	19	31	50	1,63
Material elétrico e de comunicações	2	46	48	23,00
Bebidas	82	-48	34	-0,59
Perfumaria, sabões e velas	22	-5	17	-0,23
Mecânica	0	16	16	-
Têxtil	12	3	15	0,25
Borracha	7	8	15	1,14
Diversas	12	1	13	0,08
Extração de minerais	2	9	11	4,50
Couros e peles e produtos similares	12	-5	7	-0,42
Produtos de matérias plásticas	2	5	7	2,50
Química	19	-14	5	-0,74
Fumo	2	1	3	0,50
Papel e papelão	2	1	3	0,50
Utilidade pública	0	3	3	-
Produtos farmacêuticos e veterinários	1	1	2	1,00
Energia elétrica	1	-1	0	-1,00
Total	975	1139	2114	116,82%

Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).
Elaboração própria.

Merece destaque na tabela os setores de produção de alimentos e madeira, que receberam o maior incremento no número de empresas, a despeito de serem, já no início da década de 70, os principais ramos industriais do Estado em termos de número de empresas cadastradas na FIEPA. Conforme podemos observar nos dados apresentados na **Tabela 1**,

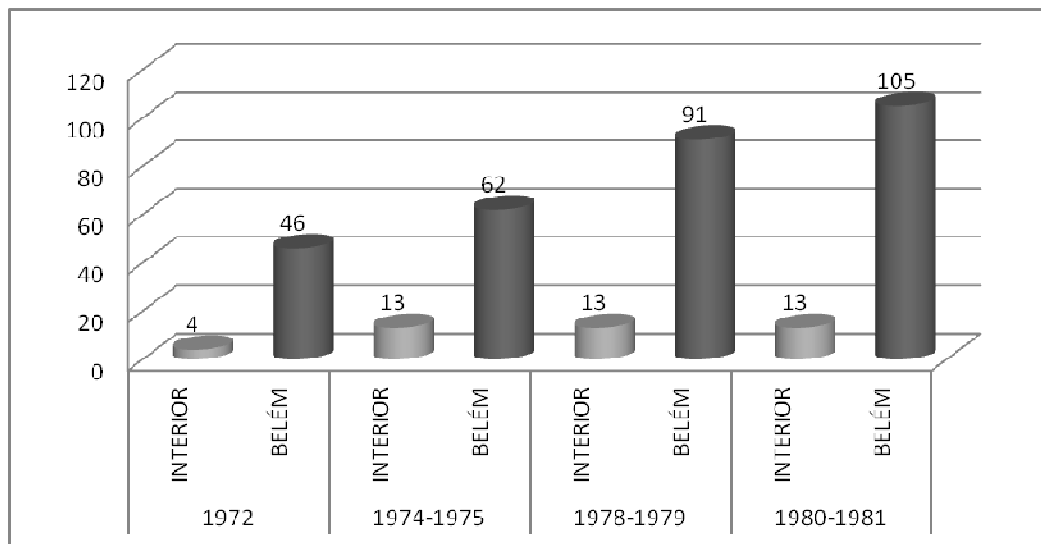
ambos os setores se destacam, mantendo uma taxa de crescimento bastante elevada se comparada aos demais setores industriais.

No início da década de 1980, como visto na **Tabela 1**, o setor da construção civil era configurado como o quinto maior setor em número de empresas dentro do Estado do Pará. O montante de 118 empresas, representava um crescimento real em 68 empresas e uma taxa de crescimento de 1,36. Quando observamos estes dados mais de perto, reparamos que o crescimento do setor da construção civil ficou concentrado na maioria absoluta na região metropolitana de Belém. Destas 118, somente 13 estavam sediados no interior.

Analisando mais restritivamente os dados de empresas da construção civil localizados no interior do Estado, averigua-se o ramo industrial somente na décima segunda posição.

Na década anterior, podemos averiguar pequena oscilação no número de empresas no setor, ficando, após 1975, estagnada sem nova representatividade no interior. A seguir vemos o **Gráfico 2**, referente ao setor:

GRÁFICO 2: Números absolutos de empresas do setor da Construção Civil do Pará por área entre os anos de 1972 e 1981.

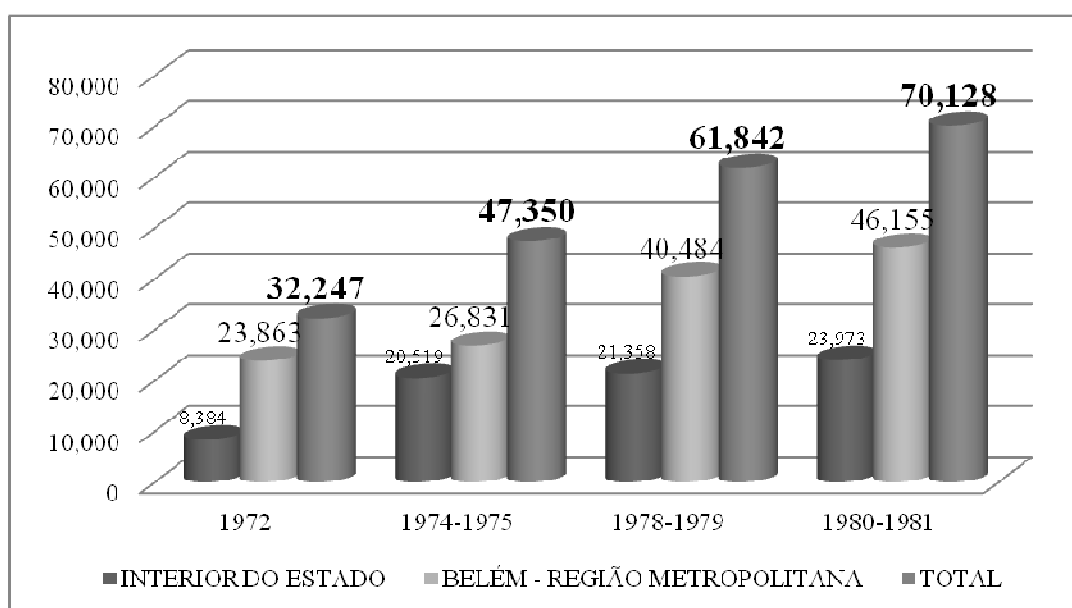


Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).
Elaboração própria.

Nos cadastros industriais de 1978-1979 e 1980-1981 o crescimento do setor da construção civil somente é registrado para Belém, mantendo-se sempre o mesmo no Interior.

Apesar dos ramos industriais mostrarem maior número de estabelecimentos empresariais localizados no Interior do Estado do Pará, Belém e Região Metropolitana registram o maior volume de mão de obra empregada, o que demonstra, em média, a maior escala das empresas localizadas no entorno da região metropolitana. O **Gráfico 3** mostra a concentração do número de empregados em Belém e a evolução de total dos mesmos. Vejamos a seguir:

GRÁFICO 3: Número total de pessoas empregadas – Região Metropolitana e Interior do estado do Pará entre os anos de 1972 e 1981



Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).
Elaboração própria.

Belém detinha, em 1981, cerca de 65% do total de empregos do Estado. De 1972 para 1974/1975 teve-se um salto de 8.384 postos de trabalho ocupados no Interior para mais de 20.000 empregados. Neste momento o desnível de emprego entre Belém e Interior tem a sua menor diferença, o que demonstra o crescimento expressivo, no início da década de 70, dos empreendimentos industriais localizados fora da Região Metropolitana da Belém. Porém para os demais períodos da série não podemos observar a mesma margem evolutiva com o número absoluto de empregados tornando-se praticamente estável entre 1978/1979 e 1980/1981. A média de crescimento com a soma total de empregos entre Belém e Interior foi de 3.788,10 para o intervalo de 1972 à 1981. O número de empregados no ano de 1972

representa somente 45,98% do total dos empregados do Estado do Pará conhecidos no ano de 1981.

TABELA 2: Número total de pessoas empregadas por ramos de atividade industrial no Pará entre os anos de 1972 e 1981

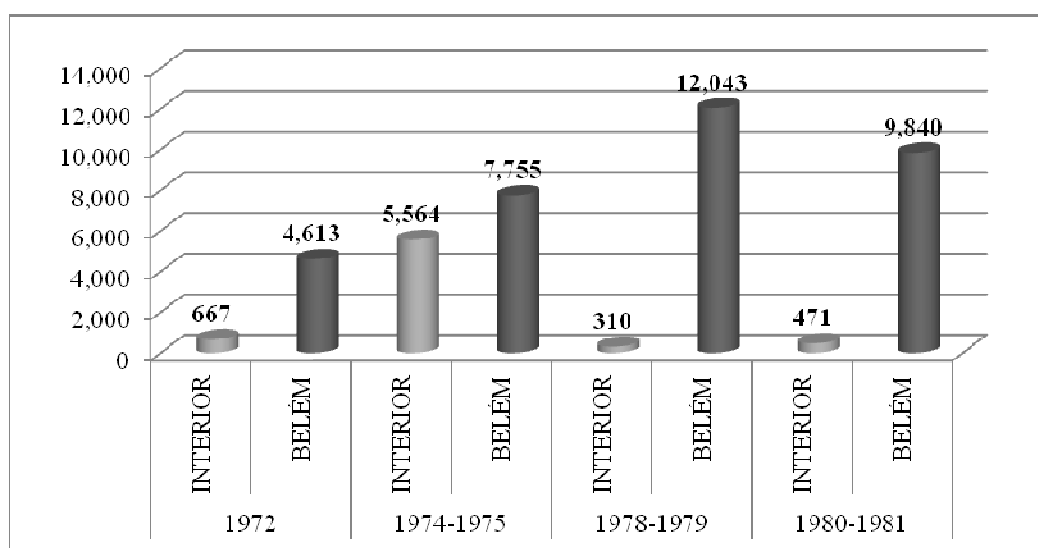
RAMOS INDUSTRIAIS	Número total de empresas em 1972	Crescimento real entre 1972 e 1981	Número total de empresas em 1981	Taxa de crescimento entre 1972 e 1981
Produtos alimentares	6.011	9.278	15.289	1,54
Madeira	3.548	8.870	12.418	2,50
Construção civil	5.280	5.031	10.311	0,95
Têxtil	1.899	2.971	4.870	1,56
Produtos de minerais não metálicos	1.378	3.420	4.798	2,48
Utilidade pública	0	3.400	3.400	-
Extração de minerais	691	2.002	2.693	2,90
Metalúrgica	609	1.655	2.264	2,72
Borracha	774	1.016	1.790	1,31
Editorial e gráfica	758	901	1.659	1,19
Bebidas	906	662	1.568	0,73
Mobiliário	552	972	1.524	1,76
Reparação, manutenção e conservação	0	1.280	1.280	-
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	493	647	1.140	1,31
Material de transporte	1.331	-247	1.084	-0,19
Couros e peles e produtos similares	223	639	862	2,87
Perfumaria, sabões e velas	566	102	668	0,18
Fumo	295	228	523	0,77
Produtos de matérias plásticas	161	331	492	2,06
Material elétrico e de comunicações	36	399	435	11,08
Papel e papelão	216	114	330	0,53
Química	615	-405	210	-0,66
Mecânica	0	207	207	-
Produtos farmacêuticos e veterinários	82	108	190	1,32
Diversas	67	56	123	0,84
Energia elétrica	1.271	-1.271	0	-1,00
Total	27.762	42.366	70.128	1,53

Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).
Elaboração própria.

Mesmo sendo somente o quinto setor em número de empresas, a Construção Civil acaba sendo o terceiro setor em absorção de mão de obra, contratando em termos reais mais de 10.000 empregados no ano de 1981, praticamente dobrando o quantitativo registrado no ano de 1972 em 5.280.

Infelizmente, com o decorrer da década de 1970 as disparidades amplificaram-se no setor, entre Belém e Interior, conforme mostra o **Gráfico 4**.

GRÁFICO 4: Número total de pessoas empregadas da Construção Civil no Pará entre os anos de 1972 e 1981



Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).
Elaboração própria.

No período de 1974 a 1975 temos a melhor faixa de distribuição de empregados no ramo da Construção Civil entre Belém e Interior, porém para o período seguinte esta realidade muda drasticamente, passando o Interior contar com somente 310 empregados, assinalando o saldo negativo de 5.254 postos de trabalho, enquanto a região metropolitana de Belém vive o máximo de pessoas contratadas para toda a extensão temporal entre 1972 e 1981 analisada, atingindo a marca de 12.043 empregados.

A configuração do setor é bastante peculiar, pois o conjunto de 13 empresas do Interior, antes capaz de contratar entre os anos de 1974 e 1975 o número de 5.564 empregados, encolhe sua capacidade de assimilação de trabalhadores a tal forma que para o período seguinte, 1978-1979, absorve somente 310 pessoas, sendo somente mais um dos

fatores a representar e justificar o aumento da concentração total de trabalhadores na região metropolitana da capital paraense.

3.2 A transição na fronteira agropecuária e a formação das novas elites no Pará

A cartografia atual demonstra que no Sul do Pará destaca-se a rodovia PA-279 direcionada ao oeste perpassando pelo município de São Felix do Xingu. Tal estrada começou a ser construída em 1976, em conjunto com a migração para o leste amazônico. Desta forma, madeireiros, agricultores e fazendeiros se estabeleceram nos pontos mais favoráveis da nova estrada, que passou a integrar as comunidades locais e mais tarde as cidades de Xinguaçu, Ourilândia e Tucumã, cada uma desenvolvendo distintas funções no contexto fronteiriço na Amazônia.

Esta rodovia faz parte de uma formação típica na região por décadas baseada no assentamento humano na Amazônia, a linha reta destas estradas não demonstra as turbulências em suas construções, seus problemas físicos e seus conflitos políticos. As mudanças territoriais agregaram lutas de poder políticos entre elites locais e indígenas, e do âmbito estadual com federal, em razão da competição por posse de terras e assentamentos na fronteira.

Schmink e Wood (2012) destacam que tais relações políticas e sociais se modificavam de acordo com a área, e as mudanças se estabeleciam mediante o contexto e organização política e econômica que ocorrem na história da Região Norte, como no período de colapso da borracha. Em Marabá, o fim da extração do látex foi seguido pela coleta de castanha-do-pará, assim como em Conceição do Araguaia se fortaleceu a pecuária. Com a construção das estradas federais determinaram-se nas extremidades dos rios Araguaia e Tocantins junto a expansão da população e avanço do Sul do Pará, o surgimento das estradas gerou a transformação do espaço e reordenamento socioeconômico e político do Sul do Pará, logo a construção das estradas nesta região acentuaram os conflitos por terra, minérios e recursos vegetais. O histórico de Conceição do Araguaia e de Marabá, ressaltado pelos autores, enuncia a integração entre tempos atuais e o passado dessas localidades assim como suas influências fronteiriças.

Na parte sul do Estado com a extração do látex se constituíram povoados e comunidades que se estabeleceram as margens dos rios Araguaia e Xingu, onde também se desenvolvia o aviação e rede de suprimento e comércio do látex natural.

Os autores da obra elucidam que a cidade de Marabá teve início com comércios de borracha, em todo o entorno do rio armazenando produtos agrícolas e balatas de borracha, sendo que alguns permanecem até hoje. O transporte das mercadorias se realiza por meio de barcos que se destinavam principalmente para as localidades de seringueiros que consumiam a maior parte destes produtos através do sistema de crédito aviamento. Com o colapso da borracha os armazéns passam a comercializar a castanha-do-pará, atualmente denominada castanha-do-brasil, passando a ser o produto mais exportado pelo Estado do Pará. Os comerciantes no início do século XX, após a acumulação da borracha, reivindicavam maior poder político local. A separação do Estado visava isto, com a criação de outro tendo como capital Marabá, ou atribuindo a Goiás a autoridade sobre Marabá, que por sua vez foi separada de São João do Araguaia, onde uma junta atribuía poder aos seus integrantes sobre terra e as atividades produtivas que com o tempo substituíram a economia da borracha.

A cidade de Conceição do Araguaia se iniciou pela atuação de missionários que buscavam a pacificação dos índios da região. A localidade detinha um significativo arsenal natural de caucho, elemento similar a borracha, sendo consumido pelo período de comercialização desta. Segundo Schmink e Wood as cargas dessas fases eram transportadas por grupos de mulas que transformaram a cidade de Conceição do Araguaia em um ponto comercial e de entrega de borracha recolhida entre os rios Xingu e Fresco, este percurso incentivou a transformação de caminhos que se tornariam estradas na região, como as rodovias PA-279 e PA-150.

O declínio do comércio da borracha tanto em Marabá como em Conceição do Araguaia foi demasiadamente impactante para o âmbito socioeconômico local, entretanto Marabá se inseriu em uma nova perspectiva como alternativa as problemáticas comerciais, a economia da extração da castanha-do-pará torna-se uma atividade propulsora na busca pela minimização dos efeitos da crise na Amazônia. Os castanhais se encontravam nas proximidades do Rio Tocantins próximo a Marabá até São Feliz do Xingu, as castanhas coletadas eram utilizadas para alimentação do gado e como produto de exportação. Neste contexto a maximização da comercialização da castanha acompanhou inversamente a queda brusca do comércio do látex e no final de década de 1920, a castanha-do-pará representava a mercadoria mais exportada e maior fonte de recursos para Marabá.

O sistema de aviamento assim se estendeu ao comércio da castanha, e neste contexto um grupo de famílias da cidade de Marabá detinha o poder de compra e transporte de castanha, estabelecendo também o controle sobre o crédito. Entre 1920 e 1930 a família

Chamoun estava a frente deste comércio, em 1950 o poder passou a se destacar a família Mutran tanto econômica como politicamente, em Marabá e em São João do Araguaia.

Estas elites buscaram os direitos e domínio sobre a terra de castanhais, grandes áreas concedidas por longos períodos, caracterizando o aforamento perpétuo, desta forma essas elites expandiram e se afirmaram em espaços enormes, apoderando-se também da mão de obra, e as terras restantes ficariam sob a posse dos comerciantes locais. Neste cenário se estabeleceram conflitos e violência entre donos de terras, trabalhadores e indígenas.

A cidade de Marabá perpassou, mediante os autores, pela chegada de migrantes do Estado de Goiás e do Maranhão. Nesse período iniciou-se de maneira complementar a extração de minérios nas extremidades de Marabá, devido à descoberta do ouro, do diamante e do quartzo. Os proprietários de castanhais por sua vez agregaram novos negócios como a pecuária e a agricultura, fomentando o papel comercial de Marabá.

O garimpo e o aumento do preço da borracha nas décadas de 1930 e 1940 incentivaram a produção e o consumo de mercadorias agrícolas, potencializando a dinâmica comercial, a circulação do capital e o nível populacional, este por sua vez alavancou o mercado de carne bovina que também era comercializado em Belém e em outros municípios. No término da 2ª Guerra Mundial, a economia marabaense já havia se diversificado em significativa escala.

Após a 2ª Guerra, a história amazônica foi marcada pelo início da construção da rodovia Belém-Brasília, que dava acesso ao Sul do Pará com o restante do país, propiciando o desenvolvimento de Marabá e de Conceição do Araguaia. Em vista disto, em 1956 se iniciou a obra, chegando ao sul do Estado em 1960, trazendo grupos de migrantes goianos e mato-grossenses.

Schmink e Wood afirmam que a expulsão de pequenos latifundiários, a concentração da terra se elevou, resultando na alocação desta população nas comunidades fronteiriças. Conceição do Araguaia e Marabá se tornam integradas com a rodovia Belém-Brasília por meio de estradas não estruturadas, minimizando o uso dos rios para o transporte e ascendendo a categoria de centros comerciais Marabá e Conceição do Araguaia. Entretanto este cenário foi fortemente marcado por disputas de terras entre fazendeiros, pequenos agricultores e madeireiros.

Com o investimento na Amazônia Oriental, o Pará se propôs a vender terras públicas, vender glebas de terras para altos investidores, o que propiciou o aumento da violência e revoltas. Um destes investidores do Sul do Pará chama-se João Lanari do Val, com atuação no

setor industrial automobilístico. Buscou aumentar e diversificar seus negócios, após uma viagem a Marabá e Conceição do Araguaia, reivindicou uma área de 4 milhões de hectares, não podendo registrar toda área em seu nome repassou aos seus parentes, amigos e funcionários, assim as terras foram organizadas em um conjunto empresarial, no qual Lanari do Val possuía o maior controle e poder.

Os autores ressaltam que Lanari do Val promoveu a construção de uma estrada pelo antigo caminho do escoamento da borracha até conceição do Araguaia, localidade denominada de escritório, onde estaria o setor de agrimensura do investidor. Seus 250 mil hectares passaram a se chamar Fazenda Santa Tereza. Este se caracterizou como um processo de titulação das terras. Neste período o governo militar determinou o plano de desenvolvimento da região amazônica, onde o Estado por meio da Sudam e de outros órgãos buscou estruturar territórios, em conjunto com o Departamento de Estradas e Rodagem Estadual, disseminando novas estradas. Lanari do Val passou a negociar suas terras obtendo altos lucros e possuindo os direitos e o apoio da Sudam. Os investimentos foram elevados, assim como a mão de obra assalariada.

A Sudam de 1966 a 1975 autorizou 33 projetos em Conceição do Araguaia, intuindo concentrar atenções na Amazônia, desta maneira ampliaram-se as titulações, as áreas de pecuária e se estabeleceu também a construção da ponte sobre o rio Araguaia completando a integração terrestre do Estado entre seus municípios e o país.

Se tratando das cidades de beira de estrada e a nova face da política local, pode se fomentar que neste ponto os autores tratam da formação do que se transformaria no município de Redenção (1969), surgindo pela demarcação e venda de terras, oportunizadas por Luís Vargas ao longo de uma estrada de pouso, que logo seria a primeira avenida do município, tendo em si certa organização e planejamento em sua formação. Mesmo com o tempo, estas estruturas mostraram-se insuficientes ao ritmo de crescimento alucinante tomado, deflagrando-se conseqüentemente a criminalidade, a prostituição e a disputa armada.

Redenção torna-se ponto de referência local já em 1976, disputando com Conceição do Araguaia as atenções. Começa aqui o caminho das disputas políticas entre a antiga elite regional, apoiada pelo governo da capital do estado do Pará, e as novas elites que passam a ocupar espaço e tomar posse do poder local pela ajuda oriunda dos recursos oferecidos pelo governo federal por meio de programas. Figura-se assim a disputa entre Giovanni Queiroz e o antigo poder regional extrativista, vencida pelo primeiro, mostrando os novos ares políticos.

Marabá sofre mudanças drásticas com a abertura de novas estradas e as propostas de desenvolvimento originadas nos programas de abertura da Amazônia. No caso destaca-se a Rodovia Paulo Fontelles ou PA-150 e a também conhecida Transamazônica (BR-230). Isto faz com que enormes levas de migrantes cheguem às margens da abertura da estrada, transferindo-se do rio para as estradas a principal via de locomoção.

Do período que conta do final da década de 1960 a meados da década de 1970, muitas foram às levas de pessoas chegando e de novos municípios formando-se, muitas vezes do nada, com uns servindo de apoio mercantil ao outro, sempre se destacando o benefício e o enriquecimento de poucos em detrimento e miséria de milhares.

Desmatamento, ação de posseiros apoiados e justificados pela igreja, quebra do monopólio das famílias tradicionais sobre as terras, perda do controle da mão-de-obra com a abertura das novas vias e a própria expansão de outras atividades econômicas demandantes de trabalhadores fizeram que a atividade extrativista da castanha decaísse e se perdesse gradativamente em fator de importância econômica regional e mesmo local. Assim também foi se exaurindo aos poucos os poderes e domínios políticos, quase absolutos anteriormente, das famílias tradicionais como os Mutran, que em 1982 deflagraram-se em mais uma disputa perdida para o Partido Democrático Social (PDS) que era a figura do poder militar federal representada na pessoa de Curió.

No que tange o auge da madeira, se destacam tipos como o mogno, madeira de lei foco da exploração madeireira no seu período áureo que podemos contar do início da década de 1970, com a grande e vultosa presença de incentivos fiscais e fornecimento de recursos pela SUDAM, até 1981.

A madeira promoveu empregos em três níveis pelo menos além da dinâmica econômica direta e indireta, a criação de cidades assim como se configurou em fonte de renda alternativa, mas não menos importantes para os grandes fazendeiros, e fonte vital de recursos para o pequeno agricultor no seu processo de consolidação territorial.

Porém o exaurimento das reservas do mogno e de muitas outras madeiras de lei fez com que a economia madeireira ano após ano declinasse, mesmo com a procura de outras regiões, em vista que o acesso a estas já não era tão fácil ou mesmo pelo fato de não se ter mais a mesma abundância do recurso.

O cenário do Sul do Pará muda drasticamente com a expansão de cidades que conseguem uma maior diversificação da economia, mas fica o cenário de desolação e

abandono das cidades que eram extremamente dependentes somente da extração madeireira como no caso de Água Azul.

A estrada para o Xingu, conhecida como PA-279, foi destaque pelas várias circunstâncias que envolveram a sua construção definitiva somente no início da década de 1980 pela intervenção direta da prefeitura de São Félix do Xingu. O projeto deu origem ao município de Xinguara e teve muitos problemas, pois envolvia terras indígenas, mandos e desmandos da FUNAI, interesses políticos de membros do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), em vista de se promoverem a cargos públicos, e interesses de grupos econômicos, como a Andrade Gutierrez, em não completar a estrada, pelos ganhos que isto poderia lhe trazer.

Ao fim, a FUNAI pode manter os índios xikrin (kayapós) ao norte da reserva, enquanto o sul da mesma era ocupado por posseiros, madeireiros, comerciantes e empresas. Fixou-se a Andrade Gutierrez como a responsável pela execução do trecho final da obra da rodovia, que necessitou da intervenção da população e prefeitura no processo de posse pela força da portaria da propriedade da referida empresa, que barrava o trânsito livre da população, e assim a conclusão da estrada.

É com o propósito de evidenciar a importância da formação do município de Marabá, tendo por base não apenas seus aspectos econômicos, mas principalmente os políticos e ideológicos muito pertinentes a essa nova e intensa emergência da temática territorial proposta por pensadores como Wilson Cano, que se faz necessário analisar os desdobramentos ocorridos que vão desde os desequilíbrios e das rupturas, até os conflitos bem como às assimetrias, que ocorrem nas escalas nacional e regional e que de alguma forma refletem na escala local, sobretudo no século XX. Posto isso, é através de um recuo histórico que se busca entender como se deu a natureza desses desdobramentos, especificamente na localidade de Marabá, visto que a cidade apresenta marcas de descontinuidade no que se refere a sua formação, fortemente associada às várias perspectivas de desenvolvimento pensado pelos agentes que estavam à frente da economia e conseqüentemente da política local. Diante disso, é também em virtude da carência de abordagens que compreendam justamente uma análise desses agentes, isto é, dessa superestrutura (aqui entendida como a estrutura político-ideológico do grupo influente) que se forma a partir do extrativismo vegetal apoiado no capital mercantil, e que se cristaliza sob uma conformação de poder específica, característico de um modelo oligárquico/elitista, que se justifica a importância do projeto de

pesquisa, haja vista a importância já ressaltada por Marília Emmi, no que se refere a essa estrutura em Marabá:

A oligarquia de Marabá, entendida como o grupo controlador do poder político, econômico e social local, conserva na gênese de seu poder a propriedade da terra [...] historicamente ela tem-se apresentado constituída por grupos familiares, os quais em diferentes épocas vêm exercendo o poder local (EMMI, 1999, P.78).

Diante disso, é com objetivo de identificar a formação desse modelo oligárquico/elitista, bem como as suas relações a nível regional e nacional, que se volta aos primórdios ocupacionais daquilo que mais tarde deriva Marabá, isto é, fala-se do “primeiro núcleo populacional de que se tem notícia, fora das aldeias indígenas: a colônia agrícola do Itacayuna, surgida da expedição semi-oficial de Carlos Gomes Leitão em 1895” (Marília Emmi, 1999, p. 27). É a partir dessa primeira personagem que irá se observar o surgimento de uma perspectiva de desenvolvimento local, ainda que a área onde formasse o Burgo não fosse completamente virgem, pois segundo Moura (1910) citada por Marília Emmi (1999, p. 28) “essa área habitada por índios gavião, já havia sido visitada por religiosos, comerciantes, garimpeiros, bandeirantes e exploradores profissionais”. Entretanto, diferentemente destes, a lógica norteadora que leva o coronel Leitão junto do seu grupo partidário composto por vaqueiros, lavradores e comerciantes, é justamente a de fixação seguida de exploração econômica.

Mas, não foi apenas por interesses econômicos que o coronel Leitão e o seu grupo desceram o Rio Tocantins. Tal feito foi resultado do desfecho do conflito conhecido como “Guerra da Boa Vista”, ocorrida em Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis) em 1892. Este que aparentemente parecia envolver apenas problemas de ordem religiosa envolveu muito mais, pois se tratava essencialmente de problemas de ordem político-partidária entre o coronel Leitão e o seu rival e chefe político Francisco Maciel Pena, ambos colocados em posições opostas diante das principais elites do Estado de Goiás Leopoldo Bulhões (facção à qual Leitão pertencia) e pelo Cônego Xavier. É nesse interim, de rivalidades elitistas, que se observa uma série de ajustamentos entre as elites locais, regionais e, até mesmo, nacionais. Prova disso fora à identificação ideológica de Leitão com o florianismo⁹. Porém, os ajustamentos com a corrente ideológica não foi o suficiente, pois o conflito terminou com a perda dos florianistas, que logo em seguida abandonaram a localidade de Boa Vista do Tocantins, e avançaram para o Leste e para o Norte.

⁹Corrente criada com o intuito de dar suporte ao Marechal Floriano Peixoto (1891 - 1894) no episódio da Revolta da Armada em 1983.

É com o fim desse incidente que ocorre a criação do Burgo do Itacayuna, que além de ter a sua formação diretamente ligada a conflitos político-partidários e religiosos, também surge dentro de nova configuração nacional e regional, no que se refere ao nível político-administrativo, antes marcado pela centralização do poder Imperial, e que com a República (1889) adota uma estrutura de autonomia baseada no estabelecimento de Estados-membros, possibilitada pela primeira Constituição Republicana de 1891. Posto isso, já nos primeiros anos republicanos, o Estado do Pará logicamente não poderia ficar de fora da dinâmica nacional, fato que ficou muito explícito com a permanência do governador Lauro Sodré (1891 – 1897) no governo de Floriano Peixoto (1891 - 1894), em virtude do apoio dado ao episódio de dissolução do congresso em 1891, ainda no governo do Marechal Deodoro da Fonseca (1889 – 1891).

Essas relações entre as elites regional e nacional iriam refletir no nível local, de modo que em 1896, fosse realizada uma inspeção ao longo do rio Tocantins, a pedido do governador Lauro Sodré, passando também pelo recém-instalado Burgo do Itacayuna, justamente com intuito de identificar as chefias locais, bem como suas atividades econômicas principais. Essa inspeção produziu grandes feitos, pois Leitão chegou a receber uma “ajuda” do governador, sobretudo porque era partidário do florianismo. Tal “ajuda” garantiria ao coronel uma importância em dinheiro, entretanto, aponta Marília Emmi (1999 p.34), tratava-se de um “favor” contratual, que forneceria os empréstimos necessários para a fixação na localidade, contanto que em troca da “ajuda”, este deveria manter uma relação comercial com o governo do Estado, além de ter que obedecer outras regulamentações, entre elas o fato de que o número de habitantes que o burgo deveria ter, contaria como quesito para que continuasse recebendo a “ajuda”. Porém, o coronel não seguiu com o cumprimento do contrato, o que garantiu apenas uma primeira parcela do empréstimo. Diante disso, em 1899 já na administração de Paes de Carvalho (1897 – 1901) o contrato foi oficialmente rescindido, em vista dos descumprimentos do coronel, o que teria desencadeado na decadência do Burgo.

No entanto, o descumprimento do contrato não teve como resultado a derrocado do Burgo, muito pelo contrário, está fortemente relacionado com a descoberta do caucho¹⁰. Ao que tudo indica o produto descoberto acidentalmente, orientou as atividades do Burgo para a extração da goma, e não para a agricultura familiar prescrita no contrato. Dai por diante, o achado irá provocar modificações nas relações entre os colonos do burgo no trato da terra, pois esta lhes servia basicamente para autoconsumo e comercialização do pequeno excedente,

¹⁰[...] Uma das árvores produtoras da borracha, envolvia certas peculiaridade em relação aos seringais, uma das quais implica a destruição das plantas [...] (EMMI, 1999, p. 37).

entretanto, em virtude da extração generalizada do caucho seguido do seu relevante valor de troca, serão introduzidas na localidade novas relações – essencialmente capitalistas - que culminam inclusive no deslocamento do Burgo para uma área favorável à comercialização do produto:

O caucho veio assim contribuir para despovoamento do Burgo, uma vez que a facilidade de comunicação levou os caucheiros a se localizarem na ponta de terra situada entre o Tocantins e o Itacayuna, e aos comerciantes a armarem seus barracões que forneciam as mercadorias necessárias para o internamento na mata. (EMMI, 1999 p. 36)

É por essa razão que ocorre o despovoamento do Burgo, até 1896 restrito a 222 habitantes sendo que destes, 55 eram de famílias agrícolas, mas depois em virtude do achado, será densamente povoado por migrantes que nesse primeiro momento virão em especial do Maranhão, Goiás e Ceará.

Essa dinâmica local proporcionada pelo caucho compreendeu a época da economia da borracha Amazônica – embora que este tenha sido descoberto em um período próximo do declínio da atividade gomífera. Todavia, foi nesse contexto que surgiram novas personagens que colaboram para o surgimento do povoado de Marabá, já na sua localização estratégica na confluência dos rios Tocantins e Itacayuna. Um deles foi o comerciante Francisco Coelho, que segundo a tradição local teria sido de fato, o fundador do povoado em virtude da fixação de um entreposto comercial localizado especificamente onde hoje se localiza a Marabá pioneira – primeiro bairro da cidade.

Até aqui, nota-se que a formação do povoado de Marabá irá se dar a partir dos interesses de uma minoria local no que se refere ao potencial da região para a comercialização de produtos extrativos, que de início se fez na economia do caucho. Em consonância com a evolução do processo de comercialização, evidencia-se a figura do comerciante, na sua maioria oriundos de diversas regiões, entre os mais importantes, no que se refere à formação de uma elite comercial local, estão Carlos Gomes Leitão, Raimundo Rocha e Norberto Mello, vindos de Goiás aliados aos maranhenses, Francisco Casemiro, Celso Bandeira e Antônio Maia, todos aponta Marília Emmi (1999 p.36) com objetivos que não se resumiam apenas na simples exploração do caucho da região, fazendo-se representantes locais de interesses muito bem definidos num contexto muito mais amplo de busca do lucro mercantil.

Contudo, com a efetiva transferência do burgo para o povoado de Marabá, o coronel Leitão já não mais determinava a vida local, haja vista a substituição da colônia agrícola por

um centro com uma dinâmica mais complexa, com destaque para a atividade comercial orientada para o exterior, provinda do valor de troca do extrativismo vegetal.

É nesse momento, que a vida até então “pacata” sede lugar para os sucessivos conflitos ligados ao processo de acumulação capitalista, associado bem como ressalta Marília Emmi (1999 p. 38) “as lutas entre os (donos) de cauchais [...], pois são as árvores, os cauchais, que constituem o elemento básico, o elemento motivador da apropriação [...]”. Além disso, junto ao processo de inserção do povoado de Marabá na dinâmica regional de comercialização de matérias-primas, surge também em conjunto com a estrutura de poder oligárquica/elitista, uma estrutura de subordinação/dominação, baseada no *aviamento*, “um sistema de fornecimento, crédito e controle de mão de obra” (Mariana Schmink; Charles H. Wood, 2012 p. 84).

É a partir das características surgidas no povoado durante o ciclo do caucho, que as elites comerciais passam a entrar definitivamente para o imaginário local, como representantes da economia e da política, de modo que a partir da efervescência do processo de formação da base econômica, viesse a surgir um movimento que reivindicava a emancipação de Marabá, bem como destaca Schmink e Wood:

No início do século XX, [...] os comerciantes de Marabá que tinham enriquecido com o comércio da borracha, pressionam o governo do estado por autonomia política local. Como seus apelos foram ignorados, entraram com petição junto ao Congresso Federal para que fosse criado um novo estado, tendo Marabá como capital. Os comerciantes lograram seus intentos em 1913. Ainda que a cidade tivesse menos que quinhentas pessoas naquele tempo, o estado do Pará separou Marabá do município de São João do Araguaia [...] (Mariana Schmink; Charles H. Wood, 2012 p. 84).

Foi em 27 de fevereiro de 1913, por meio da lei federal nº 1278, sancionada pelo então governador do estado do Pará Eneias Martins (1913 – 1917) que o município de Marabá surgiu. Após a criação, foi destinada uma junta governativa para município, que perdurou por dois anos. Entre os que faziam parte da junta destaca-se o fato de alguns terem relação com o comércio local, são eles: o tenente coronel Antônio da Rocha Maia, o Major Quirino Franco de Castro, o Capitão Afro Sampaio, o Coronel João Anastácio de Queiroz, Melchiades Fontenelle e o Cândido Raposo. E desse grupo restrito que irá surgir outra oligarquia/elite, que comandará a vida de Marabá na sua fase municipal pelos próximos quinze anos, assentado basicamente sobre o controle do capital mercantil e da contínua apropriação de terra.

Frente a isso, observa-se muito nitidamente nesse período que se estende de 1895 (criação do Burgo do Itacayuna) a 1913 (criação do município de Marabá), a existência de

grupos oligárquicos controladores da vida local, que irão utilizar de todos os meios possíveis para não perder a influência local. Este processo que em termos de estrutura de poder, não se altera, mas aparece cada vez mais forte encabeçado por novas personagens, quando não as mesmas. O mesmo se faz para a estrutura econômica, que dado o contexto de dominação do capital mercantil, que Wilson Cano (2002) afirma ser reativo as transformações e ao progresso pelo menos em parte, pois apenas uma parcela dele se transforma, de modo que em Marabá, em virtude das atividades econômicas experimentadas, isso se torna muito explícito, justamente porque este ocupará o espaço nas suas mais variadas modalidades (industrial, bancária, agrária, de serviços entre outras), encorpado de uma estrutura mais “modernizadora” aparentemente, pois na sua essência preserva traços do mesmo e velho capital mercantil.

É a partir da presença dessa estrutura de controle, que mais uma vez surgirá em Marabá uma dinâmica local específica, agora associado à ascensão da região naquela que seria a atividade econômica mais pujante até então, onde a articulação do poder econômico e do poder político exercido por grupos locais – formados na sua maioria por comerciantes donos de grandes latifúndios - se reafirmará dentro de uma configuração sem precedentes no que se refere ao controle da terra bem como também do controle comercial. Fala-se do ciclo da castanha que se estende de meados da década de 20, até meados da década de 60.

Logo no início, a vida no castanhal era levada “livremente” no sentido de acessibilidade - ainda que estivessem em terras municipais - bem como também no de organização do trabalho, isto é, não existia a figura do “patrão”, sendo as tarefas divididas de modo a caracterizar uma divisão técnica do trabalho, onde segundo Marília Emmi:

O *castanheiro* é a o extrator direto cujo trabalho consistia na coleta e quebra dos ouriços e no empilhamento no depósito [...] O *lavador* tem como tarefa lavar as castanhas, separando as podres e tirando a lama nelas impregnadas [...] O *tropeiro* conduz em tropas de burro a castanha coletada dos “pontos” [...] O *barqueiro* desempenhava papel muito importante, transportando a castanha para Tucuruí e, na volta, trazendo mercadorias para o comércio de Marabá [...] O *cantineiro* ganha por mês, salários combinando no início da safra. Sua tarefa consistia em fornecer as mercadorias aos trabalhadores, além de anotar a produção de cada um [...] O *encarregado* recebe o dinheiro do dono do castanhal, providencia a compra de mercadorias para o barracão, contrata os trabalhadores e faz o aviamento para cada um [...] (EMMI, 1999, p.71)

Mas o produto que já tinha certa importância local, sobretudo no que se refere à alimentação humana e sustento de animais domésticos, ganhará aceitação em grandes mercados como Liverpool, Londres, Paris, Hamburgo, Roma, Nápoles, Argentina, e Sul do país aponta Calheiros (1922), citado por Marília Emmi (1999 p. 62).

Todavia, o que chama a atenção no segundo momento (1920 a 1960) não são apenas os números ascendentes da produção de castanha, que no começo girava em torno de 1,49% e mais tarde em 1927 passaria a 60% do total produzido no Estado, mas os desdobramentos ocorridos fruto da insaciável busca pelo domínio político e econômico local traçado pelos agentes que surgem com o intuito de monopolizar os castanhais e de um modo geral a sua cadeia de produção do produto.

É nesse momento de grande expressividade do produto que os castanhais “livres” até então, serão monopolizados a partir de políticas específicas que garantirão aos que estão a frente do processo a total viabilidade de compra, arrendamento e aforamentos das terras onde se encontram os castanhais. É nesse contexto que ocorre o domínio da política local por parte do secretário do governo, Deodoro de Mendonça, oligarca/elitista que aparece no cenário municipal junto da sua parentalha, no apogeu da produção de castanha exercendo forte influência através dos vários mecanismos proporcionados pelo seu posto no governo.

Este se consolidou localmente como detentor de grandes castanhais por meio da firma Dias & Cia., na qual era associado. Porém sua participação se fez mais evidente no controle da política local, em virtude do cargo no governo do Estado. Foi fortemente favorecido pelas associações com representantes em Marabá, que quando não existiam, era forçado existir através de políticas nepotistas¹¹. Deodoro controla durante toda a década de 20 a cadeia de produção da castanha, feito várias aquisições e concessões de terras, geralmente arrendadas ou aforadas, no nome da firma Dias & Cia., mas também no nome dos muitos que faziam parte da sua “parentela”.

Porém, em virtude da nova configuração do poder político nos anos pós 1940, as oligarquias/elites estabelecidas durante a República Velha (1889) serão fortemente abaladas, o que implicará o afastamento de Deodoro da política de (1943 a 1945), pois a confusa dinâmica partidária estadual, contaminada pelos acontecimentos políticos nacionais iniciados desde o começo da década de 30 não será mais favorável ao mesmo. Concomitante a perda de influência política estadual e local, Deodoro perderá o domínio econômico na área dos castanhais, pois a firma Dias & Cia., será diretamente afetada pela queda na demanda da castanha, sobretudo porque o mercado internacional carecerá novamente da borracha em virtude do estopim da Segunda Guerra Mundial (1939 -1945). Além disso, a demanda externa também provocará a inserção da região na dinâmica de prospecção de minérios, com ênfase

¹¹Ver M. F. Emmi, *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*, pp. 82-83.

para o diamante bem como também para o ouro entre outros, fazendo com que alguns donos de castanhal diversifiquem suas atividades para além da extração de castanha.

A década de 1940 demonstra-se bem sintomática, pois retrata a queda de uma das maiores oligarquias/elites de Marabá, porém é também a gênese do próximo e último grande grupo que irá sustentar uma estratégia de monopólio comercial em moldes de Deodoro de Mendonça. Fala-se do tronco familiar de origem Siríaco Mutran, que começa a se fixar na região modestamente, pois inicia como aviador em outras firmas, passando depois ele a dono do aviamento, de modo a se estabelecer cada vez mais na política local. Será por meio das já mencionadas relações elitistas entre as escalas estadual e local, que o grupo terá o seu apogeu no controle do comércio de castanha, fortemente viabilizados pelo Governador Zacarias Assunção (1950 - 1954) que privilegiou o grupo com o contínuo beneficiamentos de arrendamentos perpétuos (extinto desde 1930) e concessão de aforamentos. Ambas as políticas vieram a intensificar a relação de dominação/subordinação, que culminaria para a desterritorialização (aqui entendido como a posse de território de outrem) dos donos de pequenos e médios castanhais fazendo aumentar cada vez mais o domínio da família Mutran, sobretudo no que se refere à ocupação do espaço. O tronco familiar Mutran entra para o cenário marabaense e se consolida, sobretudo nos fins de 1950 com o mandato de Nagib Mutran (1958-1962).

Emmi (1999, p.97) afirma que no fim de 50, o controle dos Mutran se estendeu por uma área de 45.135 hectares, só de castanhais tanto em Marabá quanto em S. João do Araguaia. Porém, a essa altura Marabá já não é mais um economia que girava apenas em torno do extrativismo vegetal, bem como ficou conhecida durante o ciclo da castanha. Também não era uma localidade totalmente isolada, pois já era ligada ao resto do país por meio das estradas¹² que cortarão boa parte da Amazônia oriental, o que viabilizará a chegada de novos agentes que se voltarão para os potenciais econômicos, até então fonte de domínio exclusivo das oligarquias/elites locais, que tinha por base uma estrutura político-econômica assentada respectivamente, nas relações paternalistas e no capital mercantil. Todavia, é a partir da década de 60 que o município e a região amazônica de um modo geral, serão fortemente assolados pela nova perspectiva de desenvolvimento local/regional, que se incumbirá de promover uma série de mutações inerentes ao processo de acumulação

¹² As estradas abertas no fim dos anos 50 – rodovia Belém-Brasília e Brasília-Acre, ao mesmo tempo resultado e meio da acumulação, iniciavam essa expansão. A transamazônica, nos anos 70, abriria uma nova etapa (EMMI, 1999, p. 105). E em nível de informação ver também M. Schimink; C. H. Wood, 2012, *Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia* pp 201-213.

capitalista, consideradas necessárias à atividade empreendedora dos novos agentes¹³, bem como Wilson Cano coloca:

[...] a força transformadora do capitalismo e do progresso da economia nacional se interessa economicamente por esse espaço e a partir de um dado momento chega a conclusão de que esse espaço precisa se transformar, por exigência da dinâmica de acumulação da economia nacional, dar-se-á o declínio da forma mais antiga e predominância da nova [...] O capital moderno, seja ele público ou privado, vai penetrar neste espaço, “expulsando” dali o velho capital mercantil [...] (CANO, 2002, p. 191).

Portanto, é a partir dessa nova lógica orientada pelas forças do grande Capital, que Marabá entra definitivamente para o cenário nacional em vista da sua localização estratégica e potencial econômico para atividades totalmente diversas das desempenhadas até então. Essas atividades afetarão as oligarquias/elites de varias formas, uma delas está diretamente relacionada ao uso da terra¹⁴, pois o castanhal deixara de ter importância, passando a ser terra onde estão os castanhais o elemento motivador da apropriação. Surgem em Marabá ainda na década de 1960 atividades como a Mineração industrial passando pela pecuária e pela agricultura até construção civil. Surge também um comércio mais expressivo dentro de um setor terciário mais dinâmico, que inclusive já possibilitava desempenhar transações bancárias – antes totalmente baseadas no sistema de avião. Muitos serão atraídos para a região em virtude da nova dinâmica local relacionada aos grandes projetos pensados e organizados pelo Governo Federal, que teve entre seus objetivos, sobretudo na região de Marabá: a integração do município ao circuito nacional via estradas, bem como também a devida ocupação do espaço considerado “vazio”, seguido da necessidade de exploração dos recursos naturais muito abundantes, com o intuito de suprir o centro dinâmico do país (Centro-Sul) de todas as matérias-primas necessárias para a criação de um mercado consumidor consolidado.

De um modo geral, além das dramáticas mudanças na base econômica, são as mudanças na superestrutura dominante que chamam a atenção, pois até então a vida política local estava sob domínio dos grupos, que estavam na sua maioria filiados na UDN (União Democrática nacional), que mesmo antes do Golpe de 1964, já se apresentava dividida entre os

¹³ Novos agentes surgem com o intuito de se apropriar do espaço, que até então fora única e exclusivamente das Oligarquias/elites locais, dentre eles estão órgãos privados e públicos: Bamerindus, a Vale do Rio Do, SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CPT (Comissão Pastoral da Terra), GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e ITERPA (Instituto de Terras do Pará). Em nível de maior informação Ver M. F. Emmi, *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*, pp. 109-122.

¹⁴ [...] A terra torna-se mercadoria da mesma forma como qualquer outra. De base e expressão maior do poder, numa economia extrativa não-especificamente capitalista, ela passa a ter um expressão, em certo sentido secundária, numa economia fundamentada no capital industrial [...] (EMMI, 1999, p.110)

donos de castanhais, Pedro Marinho de Oliveira (prefeito local de 1962 à 1966 e de 1972 à 1974) e Nagib Mutran (prefeito de 1958 à 1961 e eleito deputado estadual em 1962). Porém foi somente em 64, justamente a partir da centralização do Estado, que o “destino da tradicional oligarquia foi finalmente selado como consequência dos efeitos combinados das rápidas mudanças locais e das mudanças de prioridade políticas em Brasília” (SCHMINK & WOOD, 2012 p. 212)

É possível notar que durante todo o período militar (1964-1985) a política era feita a partir dos mais altos escalões, de modo que até os prefeitos eram indicados pelos militares, onde logicamente estes escolheriam membros do partido ARENA, dada a política bipartidária¹⁵ da época (1966-1979). Além de ser alvo dos interesses do grande Capital, muito bem viabilizados durante todo o período militar, Marabá também terá seu centro de decisões voltado para a escala nacional devido à eclosão da Guerrilha do Araguaia (1973) o que colabora diretamente para a perda de influência das oligarquias/elites locais, e para a aparição do major Curió¹⁶, personagem que entrará para o cenário marabaense empossado de um poder desmedido orientado para repressão e afirmação local. Contudo, o major Curió, não formará oligarquia/elite alguma, sendo mais um apêndice do Estado militar na localidade. Não obstante ao grupo do major Curió, nota-se que mesmo em desvantagens econômicas e políticas, os grupos tradicionais não cessarão forças de modo que a tendência que prevalecerá será a de sucessivas articulações político-partidária com o intuito de proteger os castanhais que ainda lhes restavam, pois a defesa dessas propriedades estão fortemente associadas a dominação da política local.

Com o fim do regime militar e o início da Nova República (1985 – aos dias atuais) as oligarquias/elites locais continuarão em declínio, sobretudo porque desde a década de 70 estas vinham passando por problemas no que se refere aos consecutivos conflitos envolvendo lavradores. Isto é, nota-se que desta vez não serão agentes governamentais e nem grandes empresas que irão reagir contra a oligarquia/elite local, mas sim o povo, que até então como pode ser observado jamais fora integrado nas sucessivas perspectivas de desenvolvimento pesadas para a região de Marabá. A ação do povo, que até muito tempo atrás fora subalterno ao domínio político-econômico desses grupos fundamentados em estruturas paternalistas

¹⁵ Já com o bipartidarismo em 1966, os grupos representantes da economia castanheira se perfilam na ARENA, onde, entretanto mantêm as antigas facções dos tempos da UDN. A presença das duas facções no mesmo partido revela a verdadeira natureza dessas divisões e conflitos entre capitais individuais no interior do capital global, coeso na luta contra o trabalho (EMMI, 1999, p. 119).

¹⁶ A instância eleitoral e a atuação do grupo Curió em Marabá e o tipo de poder econômico e político que o sustenta vão consagrar a perda da hegemonia da oligarquia da castanha (EMMI, 1999, P121).

controladora do capital mercantil, resultará na união destes em uma configuração sindical¹⁷ que concentrara todos os esforços para manter a supremacia do grupo.

O quadro a baixo mostra os principais conflitos que cominaram para o enfraquecimento dos donos de castanhais:

TABELA 3: Conflitos pela posse da terra em áreas de castanhais no município de Marabá

Início do conflito	Município	Nome do Castanhal	Envolvidos
1976	Marabá	Viraçãozinho	João Anastácio de Queiroz Filho X 80 famílias de Lavradores
1976	Marabá	Buriti	Saulo Van Rondow e Maria Moussalem X 40 Famílias de Lavradores
1978	Marabá	Bela Vista	E. Mutran X 50 Famílias de Lavradores
1978	Marabá	Boa Fé	E. Mutran X Lavradores
1979	Marabá	Mãe-Maria	E. Mutran X Lavradores
1979	Marabá	Sem denominação (limite do município de Itupiranga)	João Anastácio de Queiroz Filho X 150 Famílias de Lavradores
1979	Marabá	Sem denominação (margem esquerda do rio Itacayunas)	M. Moussalem e Salim Moussalem X 50 Famílias de Lavradores
1980	Marabá	Gleba Café	Neir Santana e "Carne Roxa" X 25 Fam. Lavradores
1980	Marabá	Pau Seco (Cametaú)	M. Card. Neto (Nelito) E José Pereira da Nobrega (marinheiro) X 178 Lavradores
1981	Marabá	Fortaleza	A. Q Moraes X 100 Lavradores
1981	Marabá	Sem denominação	Evandro Mutran X 420 Lavradores
1983	Marabá	Tabocão	Alzira Mutran X Lavradores
1984	Marabá	São José e Pau Ferrado	Ed Castor X Lavradores

Fonte: CPT – Regional Norte II; Jornais: O liberal, A província do Pará, Resistência e O Grito da PA – 150. Entrevistas realizadas em Marabá.

Nota: o referido quadro apresenta os conflitos pela posse da terra na região de Marabá, entretanto este também destaca a situação dos municípios, São João do Araguaia, Conceição do Araguaia e Xinguara. Em nível de informação ver: M. F. Emmi, *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*, p. 127.

A tabela acima demonstra claramente que as áreas de castanhais restantes na década de 80, estavam fortemente ameaçadas a não existirem mais em virtude de dois fatores: 1) o primeiro confere ao fato de que, a dinâmica local na região Marabá já não mais correspondia a extração de castanha para exportação, agora a atividade principal permanece dentro da atividade extrativa, porém ela abrange novas matérias primas de enorme abundancia na região que são o ouro de Serra Pela, e a madeira nobre da região do Polígono dos castanhais. 2) O Outro ponto se refere ao fato de que, até então os membros das elites/oligarquias tradicionais

¹⁷ [...] O sindicato Rural de Marabá, antigo sindicato dos Proprietários de Castanhais congrega elementos das principais famílias tradicionais que, apesar de correntes entre si, nos negócios da castanha agregam-se numa associação que expressa todo o esforço no sentido de manter a supremacia dos oligarcas numa sociedade em transformação [...] (EMMI, 1999, p.141).

apesar de já estarem em decadência sobretudo no que se refere ao seu patrimônio, diretamente ligado com a extração da castanha, agora entram em completa decadência em Marabá, pois o Estado bem como coloca Marília Emmi (1999):

[...] os proprietários tecem críticas à atuação de alguns órgãos do governo como INCRA, IBDF e Poder Judiciário que, segundo eles, falham no sentido de garantir aos legítimos proprietários a tranquilidade de seu trabalho. A oligarquia se distancia também de órgãos oficiais na medida em que esses representam interesses globais do capital nacional e internacional [...] (EMMI, 1999, p.139).

Diante disso, nota-se que a partir década de 1980 a cidade de Marabá já não será a cidade das famílias tradicionais em virtude das desapropriações feitas pelos órgãos públicos, motivados pela população, que já não entendia mais o sentido legal da propriedade dos grupos, reivindicando o direito a posse pela terra. O contexto estadual passa a dar atenção ao grande capital, ignorando interesses das elites locais, instaurando um quadro novo de fragilidade, ou mesmo perda da hegemonia, verificadas nas urnas, não perpetuando mais os grupos locais de modo absoluto nos cargos políticos, caminhando-se para a derrocada dos mesmos.

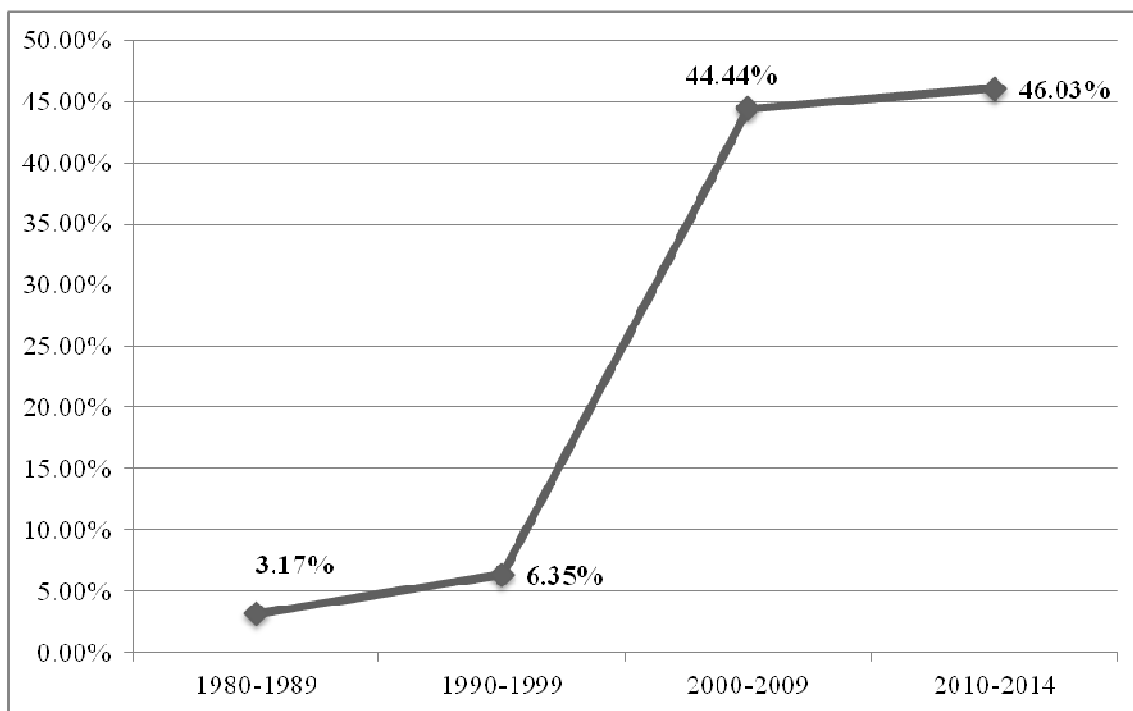
Os Mutran foram os últimos remanescentes desse domínio direto das oligarquias/elites locais, com último mandato para prefeito que se estendeu de 1989 à 1982 na gestão de Nagib Mutran Neto, cassado em 11 de dezembro de 1982 por irregularidades na administração pública.

Na completa decadência do poder tradicional, nota-se a ascensão de outros grandes grupos corporativistas, incentivados pelo Estado, marcando o surgimento de uma nova elite, apoiada pelo capital exógeno a região. Caracteriza-se uma nova frente de expansão em Marabá. A mudança de importância dada a terra, que até num primeiro momento esteve associada a uma pecuária extensiva e familiar, bem como também ao extrativismo do caucho e logo em seguida, já num segundo momento ligada, ao extrativismo da castanha e posteriormente da madeira no fim da década de 1970. Todavia, a terra agora é quem motivará a maximização do lucro mercantil e a contínua de acumulação do capital, de modo que a valorização da terra provocará efeitos perpetuados até hoje na localidade de Marabá, com uma nova configuração, mas essencialmente ligado a busca pelo lucro mercantil, pela especulação de grandes extensões de terras.

A decadência das oligarquias/elites da castanha, e a chegada de novos grandes grupos corporativistas, bem como, a desapropriação dos imensos castanhais marca uma nova

fase no uso da terra, havendo, a partir de 1980, verticalização do uso do solo no perímetro urbano da cidade de Marabá. O **Gráfico 5** ilustra esse processo nos períodos de 1980-1989, 1990-1999, de 2000-2009 e mais recentemente de 2010-2014.

GRÁFICO 5: Percentual dos investimentos no setor imobiliário no perímetro urbano de Marabá de 1980 à 2014

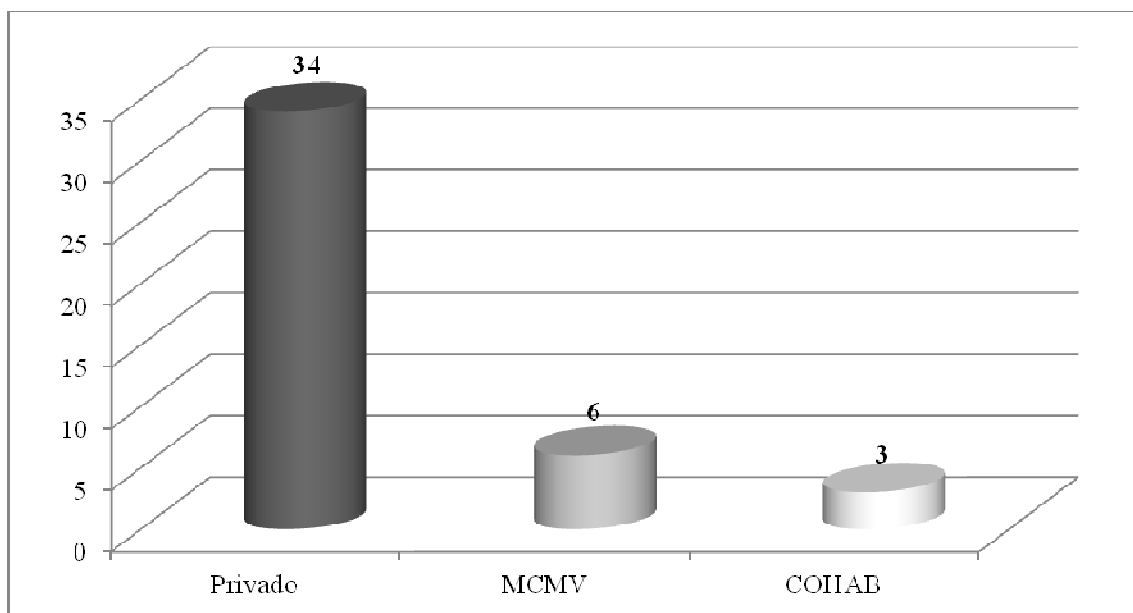


Fonte: Pesquisa de campo.
Elaboração própria.

No referido gráfico nota-se que a porcentagem média de investimentos desenvolvidos na região de Marabá obedecem a uma trajetória de acessão, a julgar pelos fatores que colaboram a cidade como um centro polarizador ao passar das últimas décadas e do período atual. Os investimentos nos dois primeiros períodos (1980-1989 e 1990-1999) se caracterizam como grandes lotes residenciais criados por particulares e também por órgãos estatais com o intuito de assentar o populacho que atravessava a cidade de Marabá no início de 80 em direção a Serra Pelada, mas que com o fim da garimpagem se alocaram em mazelas sócias na margem do centro urbano em desenvolvimento da cidade, caracterizando o que hoje são grandes bairros na cidade: Nova Marabá, Cidade Nova, liberdade. Mostra-se os primeiros passos de uma expansão urbana da cidade de Marabá alavancada, sobretudo pela iniciativa privada no que se refere a criação de loteamentos residências.

No terceiro e quarto período, de 2000 à 2009 e de 2010 à 2014, é dada sequência aos investimentos da iniciativa privada, porém de uma forma nunca vista até então, principalmente no último período, em vista dos grandes projetos pensados para a região como a criação de um polo guseiro-metalúrgico, que assume status de foco do momento para a iniciativa privada, a fim de abrigar a demanda de trabalhadores atraídos pelos novos postos de trabalho. Nesse interim, são criados novos complexos de habitação direcionados a todas as classes, muitos inclusive frutos de políticas públicas como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV.

GRÁFICO 6: Modalidades de investimento na Construção Civil no Municípios de Marabá



Fonte: Pesquisa de campo.
Elaboração própria.

O **Gráfico 6** mostra as modalidades possíveis de caracterização para o momento atual da pesquisa. Vê-se a grande quantidade de investimentos sendo feitas pelo setor privado, e alguns pelo MCMV e COHAB. A perspectiva futura é poder caracterizar o volume e a origem dos recursos, tanto do privado como dos programas de habitação governamentais, caracterizando o público alvo de cada um e sua localidade, necessitando-se aprimorar os dados da pesquisa e o tratamento dos mesmos, em vista de solucionar os questionamentos.

5 REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Editora Unicamp: Campinas-SP, 2012.
- CANO, Wilson [1977]. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- _____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. Campinas, SP: da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- CHELALA, Cláudia; CHELALA, Charles – **1967-2007**. Seminário Internacional - Amazônia e fronteiras do conhecimento. NAEA, UFPA. Belém-PA, 2008.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1972-1970)**. Belém: NAEA, 2012.
- DA COSTA, José Marcelino M. **Perspectivas do crescimento industrial: o caso da Amazônia**. Porto Alegre- RS, 1990.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n.,19, jun., 1992.
- DEAN, Warren [1976]. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1991.
- EMMI, Marília Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2 ed. Ver e amp. UFPA/NAEA, 1999.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ / FIEPA – INSTITUTO EUVALDO LODI. **Cadastro Industrial do Estado do Pará 1972**. Belém-PA, 1972.
- _____. **Cadastro Industrial do Estado do Pará 1974-1975**. Belém-PA, 1975.
- _____. **Cadastro Industrial do Estado do Pará 1978-1979**. Belém-PA, 1979.
- _____. **Cadastro Industrial do Estado do Pará 1980-1981**. Belém-PA, 1981.
- _____. **Uma História em prol do desenvolvimento do Pará**. 2010. Disponível em: <<http://www.fiepa.org.br/pt/sistema-fiepa/institucional/84-uma-historia-em-prol-do-desenvolvimento-do-para.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- FURTADO, Celso [1959]. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Nacional, 1987.
- MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense**. FIEPA: Belém-PA, 1989.
- PALÁCIO DO PLANALTO. **Lei Nº 5.173 de 27 de outubro de 1966 – SUDAM**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- _____. **Lei Nº 5.122 de 28 de setembro de 1966 – BASA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5122.htm>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SCHIMINK, Marianne & WOOD, Charles H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Editora da UFPA. Belém-PA, 2012.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M.da C.; SERRA, J..“**Além da Estagnação**”. In: TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, ed. da Universidade de São Paulo, 1993.

VERGOLINO, J. R.; GOMES, G. M. **Metamorfoses da economia amazônica**. In: MENDES, A. (Org.). *Amazônia, Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

VERSIANI F. R. ; VERSIANI, M. T. **A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição**. In: VERSIANI; BARROS (Org.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VILLELA, A.; SUZIGAN, W [1973]. **Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945**. Brasília: IPEA, 2001.